

Revista ■

Onis



 **Ciência**
As Ciências Sociais no lugar certo!

www.revistaonisciencia.com

Vol.III Ano III Nº 10

Maio - Agosto 2015

ISSN 2182- 598X

Nº 10



Vol. III Ano III Nº 10

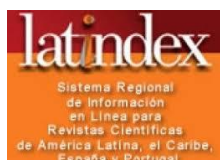
Maio — Agosto 2015

Períodico Quadrimestral

ISSN 2182—598X

Braga - Portugal
4700-006

Indexador:



O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

www.revistaonisciencia.com

revistaonisciencia@gmail.com

Tel.: 351 964 952 864

EDITOR:

Ribamar Fonseca Júnior
Universidade do Minho – Portugal

DIRETORA COORDENADORA:

Karla Haydê
Universidade do Minho – Portugal

CONSELHO EDITORIAL:

Bendita Donaciano
Universidade Pedagógica de Moçambique – Moçambique

Camilo Ibraimo Ussene
Universidade Pedagógica de Moçambique – Moçambique

Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
Universidade Federal do Maranhão – Brasil

Claudia Machado
Universidade do Minho – Portugal

Carlos Renilton Freitas Cruz
Universidade Federal do Pará – Brasil

Diogo Favero Pasuch
Universidade Caxias do Sul – Brasil

Fabio Paiva Reis
Universidade do Minho – Portugal

Hugo Alexandre Espínola Mangueira
Universidade do Minho – Portugal

Karleno Márcio Bocarro
Universidade Humboldt de Berlim – Alemanha

Valdira Barros
Faculdade São Luís - Brasil

DIVULGAÇÃO E MARKETING

Larissa Coelho
Universidade do Minho - Portugal

DESIGN GRÁFICO:

Ricardo Fonseca – Brasil

Revista Onis Ciência, Vol III, Ano III, Nº 10, Braga, Portugal, Maio — Agosto, 2015. Quadrimestral

ARTIGOS

<i>RAWLS ELIMINA O MÉRITO E LEGITIMA OS FREE-RIDERS?</i> STEVEN S. GOUVEIA	05
<i>TAXA DE CÂMBIO, EXPORTAÇÃO E A BALANÇA COMERCIAL</i> GREGORY MOYSES VOLPATO	27
<i>ESTRÁTEGIAS PSICOLÓGICAS PARA O ENFRENTAMENTO DO CÂNCER INFANTIL</i> POLYANA LEAL DA SILVA	38
<i>TRABALHO E ESCOLA NO COTIDIANO DE CRIANÇAS DO MEIO RURAL: REFLEXÕES BREVES</i> ALINE LOPES ARAÚJO	52

A **Revista Onis Ciência** é uma publicação *on-line* quadrimestral, voltada para as ciências sociais. Neste sentido, busca se consolidar como um fórum de reflexão e difusão dos trabalhos de investigadores nacionais e estrangeiros. Desse modo pretende dar sua contribuição, nos diferentes campos do conhecimento, trazendo para o debate temas relevantes para as ciências sociais. Dirigida a professores e investigadores, estudantes de graduação e pós-graduação, a revista abre espaço para a divulgação de Dossiês, Artigos, Resenhas Críticas, Traduções e Entrevistas com temáticas e enfoques que possam enriquecer a discussão sobre os mais diferentes aspectos desse importante campo das ciências.

RAWLS ELIMINA O MÉRITO E LEGITIMA OS *FREE-RIDERS*?

Steven S. Gouveia

*Licenciado em Filosofia pela Universidade do Minho,
candidato de Doutoramento em Filosofia da Mente pela Universidade do Minho.
stevensequeira92@hotmail.com*

A obra do filósofo político John Rawls deu origem a uma reflexão inspiradora e inovadora no pensamento de vários problemas da sociedade. Actualizando o método do contrato social, apurado com a sapiência kantiana, o projecto rawlsiano começou, inicialmente, por estipular os grandes princípios que uma sociedade justa deveria adoptar. Começando pela análise da (pré)distribuição da riqueza e oportunidades, a sua obra prima *Uma Teoria da Justiça* veio a ser aplicada a muitos outros problemas igualmente importantes e relevantes. Neste artigo, procurarei aplicar as conclusões rawlsianas a dois problemas contemporâneas: a meritocracia e a existência dos free-riders.

Palavras-Chave: Princípios da Justiça. John Rawls. *free-riders*. Meritocracia. Lotarias.

Numa das obras-primas do cinema mundial, *A Quimera do Ouro*, Charles Chaplin aborda, satiricamente, o contraste entre o rico e o pobre, o último caracterizado de forma brilhante. Veja-se a cena em que a personagem interpretada por Chaplin e Big Jim se encontram na cabana, em plena tempestade, e têm a brilhante ideia de, para satisfazer o apetite, cozinhar um belo de um sapato. Mas esta interpretação seria demasiada simplória para o que Chaplin procurava da cena: a sua profundidade é bem maior. A qualidade da cena está na representação da miséria com um contraste visual constante entre uma refeição do rico e do pobre: a maneira elegante com que se senta à mesa e trincha, literalmente, o sapato; os cordões do sapato são tratados como esparguete; os pregos como se fossem ossos de galinha – a genialidade está em apresentar a semelhança formal de elementos tão diferentes. (Cf. Arnheim, 1957: 116) É, de maneira semelhante, o que o filósofo político John Rawls procurará elaborar, tendo como objecto a sociedade: procurar nas diferenças as semelhanças que levarão a um acordo e consenso justos.

Se desconhecesse que posição ocuparia na sociedade, que tipo de sociedade escolheria? Se não soubesse que características naturais possuiria, nem em que parte do mundo ficaria a viver, com que princípios fundaria essa sociedade? A obra *Uma Teoria da Justiça* de John Rawls procura responder a estas questões, postulando os princípios que tornariam essa sociedade justa e equitativa, isto se fosse elaborada por alguém razoável e racional. Para tal, Rawls irá apresentar o leitor com uma *thought experiment*, a Posição Original, que irá fornecer as condições ideais para uma escolha racional e razoável dos primeiros princípios.

Este ensaio servirá para, primeiramente, apresentar de forma genérica, os principais argumentos a favor da Justiça como Equidade, defendida por Rawls. Depois de construídas as teses rawlsianas, iremos apresentar uma questão, que serve de título a este ensaio: Rawls elimina o mérito e torna legítimos os *free-riders*?

Esta questão torna-se pertinente devido aos princípios postulados por Rawls poderem (ou não - essa é a grande questão que irá ser aqui analisada) sustentar a existência de *free-riders* e a desvalorização do mérito face a uma equidade social exigida para que esta seja justa.

Teoria da Justiça: contexto e circunstâncias

Antes de apresentarmos os pormenores da teoria rawlsiana da “justiça como equidade”, queremos compreender porque é que a Teoria da Justiça¹ aparece historicamente e perceber que paradigma vem criticar e tentar superar.

O pano de fundo onde surgirá a Teoria de Justiça de Rawls é a América dos anos sessenta e setenta: devido à guerra no Vietname surgem problemas sociais que colocam em questão a base dos alicerces que a revolução americana tinha ditado. Irá emergir o feminismo, a luta de género, a homossexualidade, ou seja, um contexto

¹ Jacques Bidet enuncia uma breve síntese das circunstâncias filosóficas e políticas que influenciaram Rawls: “La conceptualité rawlsienne fait interférer et travailler ensemble une étique anglo-saxonne, où Hume et Mill occupent une place de choix, une épistémologie marquée para l’individualisme méthodologique et l’économie néo-classique, une conception métaphysique de la personne qui se réclame de Kant, des idéaux politiques inspirés du libéralisme et des préoccupations sociales héritées du socialisme. Mais on ne saurait apprécier l’intervention de Rawls si on ne la réfère pas en meme temps au context d’une Amérique où les questions juridiques occupent depuis l’origine une place privilégiée dans l’espace public, et plus spécifiquement au climat social et politique des années soixante, celles des luttes pour les droits civiques, et de l’essor du *Welfare State*, où s’affirme, serait-ce sous une forme atténuée, l’idée social-démocrate. (Bidet, 1995: 8)

multicultural e multirreligioso. A base da filosofia política será encontrar uma ligação entre todos os modos diferentes de vida.

O paradigma liberal igualitário contemporâneo irá surgir como reacção ao utilitarismo político e económico. O utilitarismo caracteriza-se por ser uma abordagem ética que procura no juízo moral a avaliação aritmética da felicidade². Temos, entre os defensores desta teoria ética Jeremy Bentham, Jonh Stuart Mill e Henry Sidgwick, que optaram por uma concepção de bem claramente hedonista³, conhecidos por “utilitaristas clássicos”. Para Mill, devemos julgar as acções moralmente somente em função das suas consequências. O que interessa na avaliação dessas consequências⁴ é apenas a quantidade (e qualidade) de felicidade criada, tudo o resto é irrelevante. O utilitarismo é, sintetizando, um welfarismo⁵ consequencialista⁶ maximizante. Ora, este tipo de teoria moral está claramente em conflito com as ideias de justiça, pois será, por exemplo, moralmente correcto condenar um inocente para salvar cem pessoas: são os próprios direitos individuais, desde a Revolução Francesa postulados que ficam em causa. Além disso, o utilitarismo apresenta-se como sendo demasiado exigente e super-rogoratório: esta ética exige a subordinação de tudo à promoção imparcial do bem-estar geral.

Os Estados Unidos da América encontravam-se alicerçados neste utilitarismo político. A “justiça como equidade” procurará criar uma alternativa ao modelo ético-político utilitarista⁷. Como vimos, as consequências desta teoria são desastrosas. Contudo, a que mais impressionava Rawls é a ideia que o utilitarismo legitima o sacrifício das minorias em prol da maior felicidade para o maior número:

² Bentham defendeu que os melhores prazeres são os mais intensos e prolongados; Stuart Mill reivindicou essa posição e postulou que certos prazeres (os estéticos ou intelectuais, que decorrem das nossas faculdades superiores) são mais valiosos do que prazeres de carácter inferior.

³ O que é melhor para um indivíduo é apenas a existência de uma vida rica em prazeres e pobre em dor.

⁴ A felicidade de cada indivíduo conta da mesma maneira (este ponto levanta o problema das relações pessoais: esta teoria exige imparcialidade até com a família). De notar que, entre os utilitaristas, há várias concepções de bem-estar. (Cf. Rosas, 2014: 16-19)

⁵ Robert Nozick vai criticar esta concepção através de uma experiência mental interessante: se houvesse uma máquina de experiências, capaz de nos dar uma vasta quantidade de prazeres, se os hedonistas tivessem razão, seria até irracional recusar viver ligado toda a vida a essa máquina. Contudo, Nozick aponta que teríamos muitas razões para recusarmos tal ligação, pois queremos realmente fazer algo, e não apenas ter a experiência de fazer algo, queremos ter acesso à verdadeira realidade, e não à realidade que a máquina geraria. (Cf. Nozick, 2009: 74-77)

⁶ Também neste ponto os utilitaristas divergem entre o consequencialismo dos actos, que defende a aplicação directa do padrão consequencialista a actos particulares, e o consequencialismo das regras, que defende a aplicação directa desse padrão a conjuntos de regras ou códigos morais, mas não a actos particulares.

⁷ Para este modelo utilitarista, as convicções sobre a prioridade da justiça são consideradas como uma mera ilusão social útil.

estamos perante o Coliseu Romano, onde centenas de pessoas alcançam o bem-estar em detrimento da luta até à morte de meia-dúzia de escravos gladiadores.

Para Rawls, a virtude social da justiça e dos direitos individuais não podem ser baseados em negociações somente pelo cálculo superficial das consequências⁸ para um maior bem-estar agregado:

Cada pessoa beneficia de uma inviolabilidade que decorre da justiça, a qual nem sequer em benefício do bem-estar da sociedade como um todo poderá ser eliminada. Por esta razão, a justiça impede que a perda da liberdade para alguns seja justificada pelo facto de outros passarem a partilhar um bem maior. Não permite que os sacrifícios impostos a uns poucos sejam compensados pelas vantagens usufruídas por um maior número. (...) os direitos garantidos pela justiça não estão dependentes da negociação política ou do cálculo dos interesses sociais. (Rawls, 1993: 27)

Retira-se daqui que nenhum aumento do bem-estar pode justificar ou legitimar a suspensão ou diminuição das liberdades e dos direitos que são assegurados pela justiça.

De acordo com esta teoria, se uma acção maximiza a felicidade, não importa como ela será distribuída. Diferenças substanciais entre ricos e pobres parecem em princípio justificadas. Mas, empiricamente, o utilitarismo elege uma distribuição mais igual: se uma família ganha dez mil euros por mês e outra apenas quinhentos euros por mês, o bem-estar da primeira família não irá diminuir drasticamente se quinhentos euros forem transferidos para a segunda família. Contudo, o bem-estar desta última aumentará substancialmente. Isto acontece, pois, a partir de certa altura a utilidade marginal do

⁸ Um problema que detectamos nas concepções consequencialistas em geral é perceber, afinal, até quando é que as consequências valem para a avaliação moral. Se não houver um limite, um consequencialista poderá até defender a legitimidade moral da 2ª Guerra Mundial. Vejamos: é verdade que milhares de indivíduos inocentes (ou não) encontraram a morte; é também verdade que a perseguição dos alemães nazis a grupos específicos (principalmente os judeus) parece ser indefensável, moralmente. Contudo, um consequencialista pode argumentar que durante a guerra, os avanços tecnológicos que ocorreram (obviamente que foram devido a necessidades bélicas – melhorar estruturas, tornar mais eficientes certos armamentos e defesas, entre outros) foram de tal modo importantes para a sociedade do pós-guerra que isso, de certa forma, “lava as mãos” dos actos cometidos em guerra. Afinal, a maior parte dos engenheiros, arquitectos e cientistas, com o final do confronto, transferiram-se para os Estados Unidos da América, para empresas como a NASA, onde desenvolveram algumas das tecnologias que, devido à pressão bélica, não puderam ser investigadas durante o período de guerra, mas que viriam a transformar para sempre o mundo. Veja-se o particular caso de Wernher von Braun, que durante o regime nazi desenvolveu um míssil (o V-2) impressionante para a época, usado pelo regime para atacar Londres e Paris, viria a ser transferido para os EUA e a liderar a equipa de engenheiros (Apollo 11) que pousaria o Homem, pela primeira vez, na superfície lunar.

dinheiro diminui à medida que este aumenta⁹. Esta ideia parece ponderada e justa, mas deixa Rawls insatisfeito, isto porque ainda que assumamos que o utilitarismo¹⁰ nos orienta a juízos correctos acerca da igualdade, Rawls assume que esta concepção pratica o erro de não atribuir valor intrínseco à igualdade, mas apenas valor instrumental. Ou seja, a igualdade não é boa em si, mas é boa apenas porque produz a maior felicidade total.

De notar, para concluir, que a “justiça como equidade” é claramente deontológica e bastante influenciada por Kant¹¹. Aliás, é o próprio Rawls¹² que postula que tudo o que está a defender já se encontra, de certa maneira, na tradição contratualista, nomeadamente em Kant e Rousseau:

Kant defende, em minha opinião, que uma pessoa age de modo autónomo quando os princípios que regem a sua acção são por ele escolhidos como a melhor expressão possível da sua natureza enquanto ser racional livre e igual. Os princípios como base nos quais ele age não são adoptados devido à sua posição social ou qualidades naturais, nem tendo em vista a espécie particular da sociedade em que vive, nem os objectos específicos que deseja. Agir de acordo com estes princípios é agir de modo heterónimo. Ora, o véu da ignorância priva as pessoas na posição original dos conhecimentos que lhes permitiriam escolher princípios heterónomos. (...) Os princípios de justiça constituem também imperativos categóricos no sentido empregue por Kant (*Idem*, 204)

Rawls afirmará, até, que a sua teoria é apenas uma actualização contratualista neo-kantiana do contratualismo clássico.

⁹ Chama-se "utilidade marginal" ao benefício comparativo que se obtém de algo, por oposição ao benefício bruto: se encontrarmos uma nota de cem euros, esse acontecimento representará menos benefício para quem ganha dez mil euros por mês do que para quem ganha apenas quinhentos euros por mês.

¹⁰ Segundo Samuel Scheffler, além da crítica utilitarista, é interessante analisar os pontos que Nozick e Sandel apontam na teoria rawlsiana como sendo similares a algumas concepções utilitaristas. (Cf. Freeman, 2003: 428-452)

¹¹ Para uma visão mais pormenorizada das visões kantianas impregnadas na Teoria da Justiça, ver Rawls, 1993: 203-208.

¹² Para Rawls, a filosofia política possui quatro papéis: 1) possui um papel prático que decorre de divisão política e a necessidade de resolver um problema particular, procurando um consenso; 2) possui uma função de dar orientação: a ideia é que pertence à razão e à reflexão (a teórica e a prática) orientar-nos no espaço (conceptual) e considerar todos os fins possíveis, sejam associativos e individuais, políticos e sociais; 3) possui um papel de reconciliação: a filosofia política permite-nos compreender a racionalidade das instituições formadas ao longo do tempo – podemos aceitá-las positivamente e não resignarmo-nos a elas; e finalmente 4) a filosofia política possui o papel de articular uma utopia realista: deve-se conjugar uma visão ideal de justiça mas tendo em atenção a realidade histórica e estar atento aos limites práticos da aplicação desse ideal à sociedade. (Cf. Rawls, 2001: 1-4)

Teoria da Justiça: Breve Síntese

Existem, neste momento, crianças esfomeadas a percorrer dezenas de quilómetros, descalças, num caldo deserto, para consumirem um pequeno copo de água e terem acesso a uma mão de arroz. Existem, neste preciso momento, crianças vendidas a troco de um punhado de moedas de ouro. Neste exacto momento, estão milhares de homens, como nós, a lutar pela segurança dos seus filhos, pelo acesso à educação básica e à liberdade. As situações acima descritas possuem, entre outras coisas, algo em comum: a nossa intuição diz-nos que estas situações são moralmente insustentáveis. Ora, como poderíamos resolver estes e outros problemas? Que tipo de princípios teria de existir para que a sociedade fosse, realmente, justa¹³?

Em Teoria da Justiça, Rawls pretende responder a uma questão que pode ser formulada do seguinte modo:

partindo da ideia de sociedade como um sistema de cooperação – mas também de conflito – entre indivíduos iguais e livres, quais são os princípios da justiça que podem estabelecer um adequado equilíbrio quanto às reivindicações respeitantes às vantagens e encargos dessa cooperação, quer em termos de direitos e liberdades básicas, quer ainda em matéria económica e social? Por outras palavras: o que é uma sociedade justa de pessoas livres e iguais? (Espada/Rosas, 2004: 87-88)

O grande problema para Rawls (que ele próprio via a acontecer nos Estados Unidos da América nos anos sessenta e setenta) torna-se perceber como é que uma sociedade pode ser justa e estável com cidadãos livres e iguais¹⁴ mas, simultaneamente, divididos nas suas doutrinas morais, filosóficas e religiosas. (Cf. Rawls, 1996: 15-16).

Imagine um exercício hipotético onde o leitor ocupa o lugar de fundação da sociedade e onde pode escolher, ao pormenor, que princípios irão dirigir o

¹³ O conceito de justo possui limites formais: 1) os princípios devem ser gerais; 2) os princípios devem ser de aplicação universal (devem aplicar-se a cada um enquanto pessoa moral – estamos, portanto, perante a influência kantiana da formulação do imperativo categórico); 3) uma terceira condição é a da publicidade: a concepção de justiça é pública – as partes avaliam as concepções da justiça como constituições morais para a vida social publicamente reconhecidas e plenamente eficazes; 4) uma quarta condição à concepção de justo é que ela deve impor uma relação de ordem às pretensões em conflito – a ordenação deve, em geral, ser transitiva; e 5) a última condição é a do carácter definitivo dos princípios: as partes devem considerar o sistema de princípios como a instância suprema da razão prática. (Cf. Rawls, 1993: 117-119)

¹⁴ A igualdade é vista como uma propriedade natural que qualifica os cidadãos como sujeitos morais. Ela é uma propriedade de base, atribuídos a todos os indivíduos que são cidadãos. Percebe-se claramente esta concepção com Thomas Hobbes: este encara a força corporal de forma alternada entre os indivíduos, mas os que a possuem em menor grau terão a astúcia mais desenvolvida capaz de igualizá-los. (Cf. Rosas, 2014: 39)

funcionamento do mundo. Nesta posição, irá escolher a distribuição da riqueza, das oportunidades de acesso ao trabalho e ao ensino, a repartição dos bens sociais primários¹⁵, a liberdade, a segurança e a saúde.

Contudo, durante a escolha que iríamos concretizar, poderíamos ser influenciados por diversos factores: pela nossa profissão, orientação sexual, pelo nosso estatuto social, e por diante. Para evitar que a nossa¹⁶ escolha seja afectada pelos nossos preconceitos, Rawls pede-nos que imaginemos uma experiência mental, uma situação hipotética, cujos factos particulares sobre a existência de cada um estariam encobertos por um véu da ignorância. Estamos, neste momento, em condições de efectuar uma escolha legítima, isto porque desconhecemos a nossa posição na sociedade, o nosso sexo, o nosso emprego, onde vivemos ou se somos depressivos ou alegres. Todavia, ao mesmo tempo, conhecemos as leis económicas, as leis da psicologia humana, as bases da organização social, ou seja, os factos gerais da sociedade humana. Esta é, então, a Posição Original¹⁷.

Ora, estando nós nesta posição fundadora, que critérios iríamos adoptar? Para Rawls, estes princípios seriam racionais e justos. Todos os indivíduos, nesta posição original, escolheriam e concordariam princípios racionais (não seriam controversos mas aceites por todos – isto porque o que nos distingue está excluído do factor de decisão). Aos princípios que emergem da Posição Original, Rawls dá o nome de “justiça como equidade”, pois chegámos a eles através de um processo racional, limpo e imparcial. Nasceram, então, os dois princípios-bases da teoria rawlsiana: o primeiro princípio, da Liberdade, e o segundo princípio (que se divide em dois), da Igualdade de Oportunidade e da Diferença.

¹⁵ Os bens sociais primários são as liberdades e imunidades, as oportunidades e poderes, a riqueza e o rendimento e, por último, as bases sociais do respeito próprio. As liberdades básicas dão-nos protecção das várias escolhas que fazemos ao longo da vida. As oportunidades dão-nos o poder efectivo de realizar essas escolhas. A riqueza, juntamente com os rendimentos, permite dar maior valor às nossas escolhas. As bases sociais do respeito próprio são de uma espécie diferente. O respeito que cada um tem por si e pela vida que escolheu depende da possibilidade real de desenvolver as suas escolhas e do facto de elas serem reconhecidas pelos outros. Assim, o respeito próprio só é possível se os bens sociais primários estiverem correctamente distribuídos.

¹⁶ As partes são dotadas de racionalidade instrumental e velam pelos seus interesses; a razoabilidade não é directamente característico das partes, mas está presente na posição original devido às restrições à parcialidade que o véu da ignorância coloca. (Cf. Espada/Rosas, 2004: 97)

¹⁷ A ideia de posição original é apenas instrumental e é inspirada pelo imaginário contratualista mas, diferentemente de outras versões da teoria do contrato social, tem um carácter hipotético. Sendo contrafactual, a ideia de posição original não existe de facto na sociedade, nem explícito nem implicitamente, mas funciona como um dispositivo de representação para os cidadãos de uma sociedade democrática, onde existe divisão em relação à justiça. (Cf. *Idem*, 96)

O Princípio da Liberdade irá afirmar que “cada pessoa deve ter um direito igual ao mais extenso sistema de liberdades básicas que seja compatível com um sistema de liberdades idêntico para as outras” (Rawls, 1993: 68), isto é, ao escolher, na posição original e sustentada pelo véu da ignorância, uma pessoa racional desejaria que todos os membros constituintes dessa sociedade possuíssem o mesmo direito às liberdades essenciais¹⁸, pois se escolhesse o contrário (por exemplo: apenas uma minoria de indivíduos possuiria o direito às liberdades essenciais), a pessoa poderia, depois de retirado o véu, coincidir na maioria das pessoas e ser vítima de discriminação ou de escravatura. Seja qual for a liberdade em causa (a liberdade de consciência, da crença secular ou religiosa, de expressão, entre outras), é uma liberdade essencial em que o Estado não tem justificação para a sua limitação. Apenas quando as nossas acções ameaçam a liberdade de outrem é que se torna justificável a intervenção do Estado, pois a nossa liberdade torna-se incompatível com a liberdade idêntica para os outros. Será o Direito que irá garantir as diversas liberdades a cada membro da sociedade.

De notar que os princípios escolhidos racionalmente são ordenados lexicalmente, isto é, eles apresentam uma ordem hierárquica de forma a que o primeiro princípio tenha que ser sempre contemplado antes de o segundo princípio ser considerado. Este princípio à liberdade igual é, portanto, o princípio essencial na teoria rawlsiana e possui sempre prioridade perante os que se seguem.

O segundo princípio de Rawls¹⁹, que está relacionado com a distribuição justa dos bens essenciais, desdobra-se em dois princípios: o princípio da Igualdade de Oportunidade e o princípio da Diferença. O primeiro afirma que as desigualdades sociais e económicas associadas a certos cargos ou trabalhos só poderão existir se o acesso a esses cargos ou trabalhos estiver disponível para todos, ou seja, se houver igualdade de oportunidades. Está implícito, neste princípio, o proporcionar da educação para que todos desenvolvam os seus talentos naturais.

Rawls nota que existe uma lotaria social, isto é, a posição em que cada um nasce é uma autêntica lotaria, os factores que nos condicionam são meramente

¹⁸ As liberdades básicas a que Rawls se refere: a liberdade política (direito de votar e ocupar uma função pública), a liberdade de expressão e de reunião; a liberdade de consciência e de pensamento; as liberdades da pessoa, que incluem a proibição da opressão psicológica e da agressão física (direito à integridade pessoal); o direito à propriedade privada e à protecção face à detenção e à prisão arbitrárias, de acordo com o princípio do domínio da lei (rule of law). (Cf. Rawls, 1993: 68).

¹⁹ Podemos dividir o projecto de Rawls em três elementos: 1) a definição das circunstâncias nas quais se realizará o acordo hipotético; 2) que princípios seriam escolhidos nessas circunstâncias; e 3) a afirmação de que aqueles princípios de justiça são correctos, pelo menos para regimes democráticos modernos. (Cf. Wolff, 2004: 222)

arbitrários. As condições sociais do nosso nascimento são, portanto, moralmente discricionárias, o que significa que não temos qualquer responsabilidade pela posição ou condição em que nascemos. Por tudo isto, não faz sentido que uns tenham o ponto de partida mais adiantado que outros. Logo, deve rectificar-se os pontos de partida dessa lotaria social. Ou seja, não basta as carreiras abertas às competências, mas é necessário uma igualdade de oportunidades em sentido equitativo: uma igualdade que elimina a discriminação em relação ao contexto social e económico.

Este princípio apresenta prioridade lexical perante a outra parte do segundo princípio: o da Diferença²⁰. Este sub-princípio do segundo princípio sustem que quaisquer desigualdades económicas ou sociais existentes devem somente ser legítimas se trouxerem maiores benefícios aos mais desfavorecidos da sociedade. Estamos perante a lei do ‘maximin’, que significa maximizar o mínimo, ou seja, escolher a opção que possibilita a melhor solução no pior dos casos. Ou seja, esta estratégia serve para minimizar os riscos mais graves.²¹ O princípio da Diferença²² indemniza os indivíduos pelos factores arbitrários consequentes da lotaria natural. Rawls atenta que os indivíduos possuem distintos talentos que são desigualmente remunerados pelo mercado. Nenhuma forma de igualdade de oportunidades equitativa, por mais aprimorada que seja, possibilita a rectificação total dessa lotaria natural. Por conseguinte, os indivíduos desfavorecidos ao nível dos seus dotes naturais, por não serem moralmente responsáveis por essa desvantagem, devem ser compensados por um esquema de transferências que realize na prática o princípio da Diferença, permitindo assim a manutenção de um mínimo social sustentável.

²⁰ O princípio da Diferença deve ser distinguido do princípio da Eficiência (ou de Pareto), segundo o qual uma distribuição de algo (neste caso, riqueza e rendimentos) é eficiente sempre que alguém fica melhor sem que ninguém fique pior. Este princípio não especifica qualquer padrão distributivo e é essa a sua carência. (Cf. Espada/Rosas, 2004: 94)

²¹ Imagine-se a seguinte situação: num caso, temos uma sociedade onde a maioria das pessoas auferem salários elevados, mas dez por cento da população ganha muito pouco e encontra-se no limiar da pobreza; noutra situação, apesar do nível médio de vida ser mais baixo, os dez por cento da população em pior condição possui um razoável nível de vida. Este exemplo é a aplicação da estratégia *maximin* postulada por Rawls na segunda parte do segundo princípio.

²² O princípio da Diferença exige que se crie ao nível da estrutura básica as condições para que as diferenças de riqueza e rendimento (que são benéficas enquanto sistema de incentivo) sejam usadas para maximizar as expectativas dos mais desfavorecidos, isto porque os factores da lotaria natural (inteligência, a saúde física e psíquica, as habilidades e talentos especiais, entre outros) são totalmente arbitrários. Daí não bastar a igualdade equitativa de oportunidades, mas ser necessário uma rectificação distributiva. (Cf. *Ibidem*)

À questão que Rawls pretende responder em Teoria da Justiça²³, poderemos agora dar uma resposta possível: uma sociedade justa e livre, mas dividida nas amplas doutrinas religiosas, morais e filosóficas, será possível se a concepção pública de justiça²⁴ (nesta caso, justiça como equidade) restrita ao domínio político seja o foco de assentimento de sobreposição entre as variadas doutrinas, sendo esse assentimento sustentado pelo exercício compatível da razão pública.²⁵ (Cf. Espada/Rosas, 2004: 103)

Meritocracia: Teoria da Justiça a favor ou contra?

Iremos, agora, aplicar a filosofia de Rawls à primeira parte da questão que dá título a este ensaio: esta teoria da justiça como equidade elimina a meritocracia²⁶?

O argumento por detrás da ideia de que o mérito deve ser o factor fundamental na distribuição da riqueza²⁷ é considerado, de certa forma, intuitivo: quem é mais inteligente, quem mais trabalha e mais se esforça para alcançar certos objectivos, deve depois ser compensado por isso. Veja-se, por exemplo, o acesso a universidades de topo. Quem deve frequentá-las? Que estudantes devem as universidades aceitar? A resposta é imediata: aqueles que demonstraram melhor trabalho, mais capacidade de esforço, mais ambição para alcançar aquele difícil lugar. Merecem²⁸, moralmente

²³ Para compreender a que tipo de esquema político a teoria de Rawls conduz, ver Espada/Rosas, 2004: 98-100 e Rawls, 1993: 21-23.

²⁴ A Justiça enquanto processo é normalmente dividida em: 1) justiça processual perfeita – possuímos um critério para determinar se o resultado é ou não justo, bem como um procedimento que nos conduzirá necessariamente a esse resultado; 2) justiça processual imperfeita – possuímos o critério para avaliar o resultado, mas sem um procedimento o que nos leve necessariamente a esse resultado; e 3) justiça processual pura – havendo impossibilidade de um critério independente para avaliar o resultado, possuímos um procedimento que necessariamente nos assegura um resultado justo. A este último tipo de justiça que Rawls pretende implementar (Cf. Moura, 1996: 782)

²⁵ A razão pública é o modo como uma sociedade pensa e se exprime quanto aos elementos essenciais da constituição e às questões de justiça. Possui um domínio limitado e deve evitar o recurso a argumentos abrangentes e não estritamente políticos, de modo a contribuir para a estabilidade que um consenso de sobreposição propicia numa sociedade pluralista. (Cf. Espada/Rosas, 2004:102)

²⁶ Entendo por meritocracia o sistema de justiça distributiva que oferece mais e melhores condições a quem possuir talentos e características valorizadas pela sociedade (veja-se, por exemplo, a inteligência, a capacidade de trabalho e esforço ou a beleza). Curiosamente, a palavra foi cunhada por Michael Young, apresentada em *The Rise of the Meritocracy* (1958), com uma conotação satírica e negativa, (cf. Young, 2001) mas é actualmente usada com carácter positivo.

²⁷ Possui um sentido amplo: abrange-se o acesso a cargos importantes, à boa educação, à propriedade privada, entre outros.

²⁸ Para Michael Walzer, o conceito de merecimento é conceptualmente obscuro para ser utilizado como critério pluarista: “Pode imaginar um único agente neutral, distribuindo recompensas e punições, infinitamente sensível a todas as formas de merecimento individual. Nesse caso, o processo distributivo encontrar-se-ia efectivamente centralizado, mas os resultados seriam imprevisíveis e diversos. Não haveria qualquer bem predominante. Nenhum x seria alguma vez distribuído sem se ter em conta o seu

falando, aqueles lugares quem mais lutou por isso. O sistema político deverá, portanto, recompensar o esforço (considerando este esforço produtivo e eficiente para a sociedade em geral). Este é um sistema que, à primeira vista, parece ser moralmente justo e até eficaz.

Contudo, Rawls discorda claramente dele. Seguindo o exemplo, os melhores estudantes que conseguiram entrar nas melhores universidades, pelo seu árduo trabalho e pela sua invejável inteligência, talvez não tenham qualquer mérito por isso. Vejamos: esses estudantes apenas conseguiram tais resultados porque tiveram, desde cedo, acesso a educação privilegiada, uma família com capacidade financeira para sustentar os melhores sistemas de educação onde puderam desenvolver as suas capacidades naturais.²⁹

Para Rawls, a distribuição de rendas, riqueza e oportunidades não se deve basear em factores pelos quais ninguém pode reclamar crédito. Os factores apontados são, do ponto de vista moral, absolutamente arbitrários. Na aristocracia feudal, por exemplo, o único factor que valia para determinar uma vida boa era o nascimento: se tivéssemos a sorte de nascer numa família nobre, iríamos possuir riquezas e oportunidades; se tivéssemos o azar de nascer numa família de camponeses, passaríamos o resto da vida num trabalho árduo recebendo apenas em troca a sobrevivência (e talvez nem isso).

O que importa retirar daqui é a arbitrariedade do factor que distribui a riqueza: o hipotético e contingente nascimento³⁰. O que se quer demonstrar é que ninguém tem mérito ou merece crédito ou vantagem por algo que simplesmente não está no seu controlo: nasceu ali, mas nada impede que poderia ter nascido noutra lugar. Historicamente, evoluímos para uma posição diferente: as carreiras devem estar abertas aos talentos, deve haver uma igualdade formal de oportunidades, independentemente do acaso do nascimento. Todo o individuo deve ser livre para trabalhar e para se candidatar a qualquer lugar da sociedade. Então, quando todos se puderem candidatar a todos os

significado social já que, se não se prestar atenção ao que x é, é conceptualmente impossível afirmar que x é merecido." (Walzer, 1999: 38)

²⁹ A questão em análise é perceber se é justo dar mais a quem mais merece, isto é, se moralmente este processo é legítimo e justificado. Entre as contingências apontadas, podemos enunciar uma família estável com um ambiente adequado para o desenvolvimento eficaz dos talentos naturais, num país desenvolvido com estabilidade e segurança, enfim, todos os factores que entram no conceito de lotaria social.

³⁰ Note-se, contudo, que para Rawls a distribuição natural não é justa nem injusta, tal como não é injusto que se nasça numa determinada posição social: trata-se de simples factos naturais. A forma como as instituições lidam com estes factos é que pode ser justa ou injusta. (Cf. Rawls, 1993: 96)

cargos (e quem trabalhar mais ganhará melhores posições e oportunidades), os resultados já serão justos. Esta parece uma posição moralmente justa e parece ir de encontro à primeira parte do segundo princípio apresentado por Rawls.

Contudo, Rawls admite que é uma melhoria, mas não chega: a igualdade presente no princípio é no sentido liberal, ou seja, considera-se insuficiente a ideia de “carreiras abertas às competências³¹”, isto porque o princípio é não discriminatório que, embora garanta as liberdades básicas, nada exige ao nível da correcção dos factores da lotaria social que são moralmente arbitrários.³² (Cf. Espada/Rosas, 2004: 94) Vejamos: se todos participarem numa corrida, mas se alguns começaram mais adiantados (os que tiveram sorte na lotaria social), e outros mais atrás, essa corrida não será justa. Intuitivamente, todos concordarão que a injustiça mais óbvia do sistema aristocrata feudal é permitir que as partes distribuídas sejam indevidamente influenciados por factores que são arbitrários do ponto de vista moral.

A melhoria será, então, passar para um sistema meritocrático³³, que promove a igualdade formal de oportunidades. Neste ideal, a sociedade criaria instituições e condições para que todos os indivíduos comessem a corrida do mesmo ponto de partida.³⁴ Todavia, para Rawls, mesmo isso não chega. Este sistema meritocrático não é ainda justo, pois não resolve a arbitrariedade moral de outra lotaria: a lotaria natural. Atentemos: com todos os elementos na mesma linha de partida, quem venceria a corrida? (ou seja, quem teria esse mérito?) A resposta é simples: o corredor mais rápido e com mais resistência. Mas trata-se de um mérito deste corredor possuir certas aptidões ou talentos naturais que o tornam mais rápido e resistente que os restantes? Isto é: o corredor é responsável por isso? Rawls aponta aqui a crítica mais devastadora à meritocracia: é certo que este sistema elimina as circunstâncias sociais; mas continua a permitir que a distribuição da riqueza e das oportunidades seja

³¹ Para Michael Walzer, a meritocracia em sentido estrito não existe: “há sempre que fazer escolhas especiais de entre os possíveis “méritos” ou, mais precisamente, de entre as várias qualidades humanas e, seguidamente, de entre os indivíduos relativamente qualificados. Não há maneira de evitar estas escolhas, pois nenhum indivíduo pode legitimamente reivindicar um cargo nem possui qualquer direito prévio ao mesmo, não havendo também qualquer qualidade única nem qualquer ordenação objectiva das qualidades de acordo com a qual se possa fazer uma selecção impessoal” (Walzer, 1999: 146)

³² A igualdade em sentido liberal deve, pelo contrário, corrigir a estrutura básica.

³³ Para uma análise crítica da concepção meritocrática em M.Young, ver Allen, 2011: 367-382.

³⁴ Falamos de oportunidades iguais de educação, através de apoios a escolas em comunidades pobres, ou por um sistema de bolsas de apoio, entre outros. O objectivo é que todos, independentemente do histórico familiar, tenham uma oportunidade justa.

determinada pela distribuição natural de habilidades e talentos³⁵ que, mais uma vez, é completamente arbitrária do ponto de vista moral.³⁶ (Cf. Sandel, 1982: 68-69)

Uma forma de resolver o problema aqui apontado seria, através de uma concepção igualitária extrema, prejudicar aqueles que naturalmente possuem vantagem: na corrida faríamos, por exemplo, os corredores mais rápidos usarem sapatos de chumbo para que esta fosse mais justa e que todos tivessem a mesma oportunidade de ganhar a corrida. Contudo, esta solução peca por tornar a própria corrida desnecessária! Rawls não apoia esta igualdade niveladora: devemos permitir e até incentivar aqueles que podem ser talentosos a exercer esses seus talentos. Mas, através do princípio da Diferença, estabelecemos uma regra para tornar justos os ganhos que estes irão possuir: eles poderão tirar proveito da sua sorte natural e social somente se os desfavorecidos beneficiarem com isso³⁷: “Na teoria da justiça como equidade, os homens acordam em aproveitar os incidentes da natureza e as circunstâncias sociais apenas quando tal resulta em benefício de todos” (Rawls, 1993: 96).

O mérito por certas características não deve portanto ser recompensado, pois é amplamente moldado por factores que não controlamos e não podemos ter crédito por isso, tal como a família onde nascemos ou pelas capacidades naturais que arbitrariamente nos foram concedidos. (Cf. Sandel, 1982: 72-76)

Porém Rawls não defende que a única maneira de remediar ou compensar as diferenças nos talentos e nas habilidades naturais é ter uma espécie de igualdade³⁸ niveladora, uma garantia de igualdade de resultados, mas sim que os indivíduos podem tirar benefício da sua boa sorte (natural e social) mas apenas somente em termos que tragam vantagens aos menos desfavorecidos (que tiveram azar na lotaria social e

³⁵ Incluem-se, aqui, todo o tipo de características naturais humanas: desde a inteligência, à capacidade matemática de resolver equações, à ambição ou à existência de uma psicologia estável e ambiciosa com capacidade de esforço e trabalho.

³⁶ Ninguém tem, na verdade, crédito por ser bonito, possuir olhos azuis ou ter uma boa capacidade de abstracção.

³⁷ Será legítimo e justo se, por exemplo, Cristiano Ronaldo ganhar os seus milhões somente se parte dos seus ganhos foram redistribuídos por aqueles que não tiveram a sorte de saber chutar uma bola com a sua qualidade. Generaliza-se a característica por todas os talentos naturais humanos: o que há em comum nelas, para Rawls, é que ninguém que os possuir se pode achar no direito moral de merecer a riqueza que o mercado livre lhes oferecer.

³⁸ Para Rawls, as partes não escolhem a implementação de um sistema igualitário de distribuição de rendimentos pois elas desconhecem por completo o seu objectivo de existência, o que se quer salvaguardar é o projecto individual de cada um, não definindo à partida que projecto individual teria de seguir.

natural). E está enunciado, mais uma vez, o princípio da Diferença.³⁹ Ele é contra o mérito se os benefícios de quem, por sorte, ganhou habilidades e talentos valorizados pelo mercado actual⁴⁰ não forem postos ao serviço dos desfavorecidos que, por azar, não ganharam essas habilidades:

(...) uma vez que as desigualdades de nascimento e capacidade natural são imerecidas, elas devem de alguma forma ser objecto de compensação. Assim, o princípio mantém que, para tratar igualmente todas as pessoas, para permitir uma genuína igualdade de oportunidades, a sociedade deve dar melhor atenção aos que nasceram em posições sociais menos favorecidas. A ideia é corrigir a influência destas contingências por forma a procurar uma maior igualdade. Em obediência a este princípio, por exemplo, é justificado que se consagrem maiores recursos à educação das pessoas menos inteligentes do que à das que o são mais, pelo menos num certo período da vida, como é o caso dos primeiros anos de escolaridade. (Rawls, 1993: 95)

Um problema que poderá surgir, conseqüentemente, com a eliminação do mérito é meter em causa o sistema de incentivos: se as taxas aplicadas aos ganhos de quem possui os talentos for demasiado exigente, poderá dar-se o caso de nem sequer quererem desenvolver esses talentos e metê-los ao serviço da sociedade, visto que vão ser prejudicados em nome da equidade social. Contudo, Rawls admite a necessidade de incentivos e o seu ajuste, e salienta que a questão dos incentivos não deve ser considerada do ponto de vista do efeito no todo económico, mas antes do ponto de vista do efeito dos incentivos ou desincentivos no bem-estar dos que estão por baixo⁴¹.

Existe outra reivindicação dos defensores da meritocracia⁴²: e o esforço? Os indivíduos que trabalham arduamente para ter direito ao que ganham, isto é, que pela

³⁹ É injusto, para Rawls, que Cristiano Ronaldo ganhe os seus milhões sem que parte desse dinheiro lhe seja retirado e posto ao benefício dos desfavorecidos. Apenas passaria a ser uma situação justa se a estrutura básica social estivesse elaborada de tal forma que os milhões auferidos fossem, por exemplo, taxados em impostos, e parte dos ganhos estivessem a reverter para os menos favorecidos.

⁴⁰ Existe, ainda, uma terceira lotaria: a própria valorização que o mercado faz das diferentes habilidades é, também ela, arbitrária. Vejamos: por acaso, esta sociedade valoriza a inteligência ou a beleza. Contudo, poderíamos estar numa sociedade em que o que fosse valorizado seria a aptidão para caçar ou para subir às árvores. Esta metalotaria reforça a ideia de arbitrariedade moral sobre os talentos e volta a destruir o conceito de mérito como sistema justo de justiça distributiva.

⁴¹ Como aponta Rawls: “Ninguém merece a sua maior capacidade natural tal como se não merece uma melhor posição inicial na sociedade. É evidente, no entanto, que isto não é razão para ignorar, e muito menos eliminar, estas distinções. Em vez disso, a estrutura básica pode ser organizada por forma a que essas contingências redundem em benefício dos menos afortunados.” (Rawls, 1993: 96)

⁴² Rawls afirma que este sistema meritocrático aplica o princípio da abertura das carreiras e funções à competências e usa a igualdade de oportunidades como forma de libertar as energias humanas na busca da prosperidade económica e do poder político e que tal concepção contém uma disparidade marcada entre as classes superiores e inferiores: a cultura dos estratos mais baixos é empobrecida, enquanto a da elite governante e tecnocrática é baseada no serviço aos objectivos nacionais de riqueza e poder. Mas a igualdade de oportunidades aqui apresentada significa apenas a existência de possibilidades

força de vontade merecem esses ganhos: também devem ser taxados? A ideia é que quem se esforça merece os benefícios provindos do exercício dos seus talentos.

A primeira resposta que Rawls daria é que mesmo a capacidade de esforço, de ambição, de ética profissional, depende de todo o tipo de circunstâncias familiares e contingências sociais e culturais para os quais não podemos reivindicar qualquer crédito. Mas parece-nos que podemos contradizer o próprio esquema meritocrático baseado no esforço: aqueles que invocam o esforço não acreditam realmente que haja uma ligação entre o merecimento moral e o esforço. Imagine-se dois trabalhadores da construção civil: um é forte, habilidoso e consegue construir cinco paredes numa hora sem grande esforço; o outro é fraco, pequeno, e consegue apenas construir uma parede por dia, apesar de se esforçar muito mais. Nenhum defensor da meritocracia vai analisar os esforços dos dois operários e concluir que o segundo operário merece ganhar mais que o primeiro. O que o defensor da meritocracia acredita não é no valor do esforço em si, mas na base moral da contribuição que esse esforço levanta (dos resultados que cada um alcança com os seus talentos). Mas esta questão remete-nos aos talentos e capacidades inatas, não somos responsáveis, como já vimos, pela forma como adquirimos esses talentos naturais. Contudo, poderá continuar a objecção: isso significa que para Rawls⁴³ o merecimento moral não tem qualquer ligação com a justiça distributiva? A resposta é afirmativa: nada tem a ver uma coisa com a outra.

Rawls apresenta uma distinção importante e algo complexa para defender este ponto: a distinção entre merecimento moral⁴⁴ e o direito a expectativas legítimas. (Cf. Sandel, 1982: 138) Para percebermos esta distinção, pensemos em dois jogos: um jogo de sorte – jogar na lotaria e outro jogo de habilidade – jogar ténis. No primeiro jogo, o nosso número é premiado: tenho direito ao prémio, mas embora tenha esse direito, não posso afirmar que tenho algum mérito sobre ele (é apenas um jogo de sorte, onde o meu comportamento não tem qualquer interferência directa no seu resultado). Agora comparemos a lotaria com o ténis: o jogador vencedor, ao ganhar o jogo, tem direito a levar o prémio a ele associado; porém, podemos sempre perguntar se aquele jogador mereceu realmente ganhar ou não. Em princípio, podemos sempre distinguir

idênticas de deixar para trás os sujeitos menos afortunados na busca pessoal da influência e posição social. (Cf. *Idem*, 99)

⁴³ Para observar a evolução do pensamento rawlsiano, ver Kukathas/Pettite, 1995: 141-178.

⁴⁴ Rawls aponta: “Para uma sociedade, o facto de se organizar tendo como seu primeiro princípio o objectivo de compensar o mérito moral seria como criar a instituição da propriedade com o objectivo de punir os ladrões” (Rawls, 1993: 246)

quais são os direitos de alguém segundo as regras (de competição, neste caso) e se os participantes mereciam outro resultado. Para Rawls, a justiça distributiva não é uma questão de merecimento moral, embora seja uma questão de direito a expectativas legítimas:

uma estrutura justa responde àquilo a que os homens têm direito; satisfaz as suas expectativas legítimas, que se baseiam nas instituições sociais. Mas aquilo a que têm direito não é proporcional ao seu valor intrínseco, nem dele depende. Os princípios da justiça que regulam a estrutura básica e especificam os deveres e as obrigações dos sujeitos não mencionam o mérito moral e a distribuição não tem qualquer tendência para lhe corresponder. (Rawls, 1993: 245)

Rawls faz esta distinção para desacreditar: 1) a questão do esforço acima descrita; 2) o crédito que poderíamos reivindicar pelos nossos talentos naturais⁴⁵ e 3) o facto de que vivo numa sociedade que, por mera contingência, valoriza certos talentos. Mesmo que pudéssemos alegar crédito total sobre os meus talentos e sobre o meu esforço, mesmo assim os benefícios que ganho ao exercer esses talentos dependem de factores arbitrários do ponto de vista moral.⁴⁶

A importância moral da distinção entre o merecimento moral⁴⁷ e o direito às expectativas legítimas é demonstrar que temos direito aos benefícios que as regras do jogo nos prometem pelo exercício dos nossos talentos, mas é um erro e uma presunção supor que merecemos uma sociedade que valoriza precisamente os nossos talentos que possuímos em abundância.

⁴⁵ Que, por pura sorte, possuímos: “The problem of moral luck arises because we seem to be committed to the general principle that we are morally assessable only to the extent that what we are assessed for depends on factors under our control (call this the “Control Principle”). At the same time, when it comes to countless particular cases, we morally assess agents for things that depend on factors that are not in their control. And making the situation still more problematic is the fact that a very natural line of reasoning suggests that it is impossible to morally assess anyone for anything if we adhere to the Control Principle”. (Nelkin, 2013)

⁴⁶ Os frutos dos meus talentos numa economia de mercado vão depender daquilo que outras pessoas querem ou valorizam nesta sociedade, dependem da lei da procura e da oferta, do qual não podemos reivindicar reclamar qualquer crédito.

⁴⁷ Esta distinção é uma resposta à teoria aristotélica que associa justiça à honra e às virtudes. Justiça é, para Aristóteles, dar aquilo que as pessoas merecem: essa distribuição depende da coisa distribuída. Por exemplo, devemos dar as melhores flautas aos melhores flautistas: é justo discriminar se ela estiver de acordo com o talento relevante, de acordo com a virtude adequada a possuir flautas. Seria injusto dar as melhores flautas a quem pagasse mais, ou a quem nascesse no seio aristocrata. E porque devem as melhores flautas ficar com os melhores flautistas? A resposta de Aristóteles é simples: porque é para isso que servem as flautas, para serem bem tocadas. O objectivo de tocar flauta é produzir música de qualidade, e os que o podem fazer são os melhores flautistas. Generaliza-se o objecto a ser distribuídos por outros e perceber-se-á a concepção de justiça distributiva aristotélica com fundamento teleológico.

Outra crítica, a libertária, tem a ver com a reafirmação da ideia de autopropriedade: será que o princípio da Diferença, ao tratar os nossos talentos e dons naturais como bens comuns, não viola a ideia de que somos donos de nós mesmos⁴⁸? Os libertários concordam que a criação de estruturas de apoio aos desfavorecidos, e que é até benéfico que isso aconteça, mas as instituições não pode coagir os indivíduos nem criar impostos contra a sua vontade. Para Nozick, somos donos dos nossos talentos e dons:

Os direitos pré-políticos em Nozick devem ser vistos, na linha de Locke, como uma decorrência do direito à propriedade de si mesmo. Cada indivíduo é dono de si próprio – e não propriedade de outrem – e isso implica o direito à vida, à liberdade de fazer o que quiser consigo mesmo, com o seu corpo e os seus talentos pessoais, e ainda o direito aos haveres ou à propriedade no sentido mais restrito, na medida em que ela esteja de acordo com a justiça. (Nozick, 2009: IX)

Todavia, para Rawls talvez não sejamos donos de nós mesmos⁴⁹, do ponto de vista moral: mas isso não significa que o Estado seja meu proprietário no sentido que ele pode comandar a minha vida. O primeiro princípio (da Liberdade) que concordaríamos com ele no véu da ignorância garante as várias liberdades básicas e iguais. O único aspecto em que a ideia de autopropriedade⁵⁰ deve abrir mão surge quando penso se sou dono de mim mesmo no sentido de que tenho direito privilegiado sobre os benefícios provindos do exercício dos meus talentos na economia de mercado: para Rawls, não temos esse direito. Podemos defender os direitos humanos, respeitar o indivíduo e defender a dignidade humana sem aceitar esta ideia de autopropriedade.

Nozick não aceita, de todo, que o princípio da diferença seja compatível com o princípio da liberdade (se realmente aplicado): dar liberdade às pessoas implica

⁴⁸ Michael Sandel argumenta, nesta linha, que Rawls tem uma “teoria da pessoa”, cujo talentos são meramente “contingentes e inessenciais atributos” em vez de “constituintes essenciais” do *self*. (Cf. Freeman, 2003: 440)

⁴⁹ Nozick elabora uma alternativa a este problema, mostrando porque é que temos legitimidade moral sobre nós próprios através da teoria da titularidade que procura responder à pergunta: em que circunstâncias têm os indivíduos direitos aos seus haveres? A resposta de Nozick envolve três aspectos: 1) a justiça na aquisição; 2) a justiça na transferência e 3) a rectificação da injustiça. (Cf. Nozick, 2009: 192-195)

⁵⁰ O problema da identidade pessoal é fundamental: a sua resposta funciona como axioma fundamental para a construção do próprio sistema filosófico. Vejamos: para Nozick (na linha dos comunitaristas), é indistinto aquilo que eu sou, o eu faço e que disso resulta e o que me pertence; já para Rawls, nada disto é essencial para definir o sujeito (cf. Rosas/Espada, 2004: 113), o que implica para o primeiro que a própria ideia de justiça distributiva suponha que deve ter ocorrido um erro de distribuição e que a estrutura deve corrigir, que vai contra outro axioma fundamental: somos indivíduos com direitos. Já para Rawls, há um sujeito possidente comum e uma propriedade colectiva que deve ser distribuída da forma mais justa possível.

não poderemos impor qualquer restrição às posses individuais de propriedade. Porém, para Rawls, o princípio da Liberdade não distribui a liberdade enquanto tal: o seu papel é dar aos indivíduos as liberdades básicas, mas não postula que as pessoas devem estar absolutamente livres de interferência e, portanto, não existe qualquer incoerência formal entre os dois princípios. (Cf. Wolff, 2004: 251)

Para concluir, creio que, mesmo admitindo uma interferência directa nos direitos de propriedade e autonomia pessoal que o princípio da Diferença de certa forma implica, será sempre moralmente exagerado torná-lo um princípio injusto: o que este princípio permite, ao retirar algo àqueles que, simplesmente, tiveram sorte, é dar exactamente essa autonomia e liberdade a indivíduos que, de outro modo, estariam condenados a uma pseudo-vida de sobrevivência diminuta. O princípio da Diferença retira a quem possui todas as qualidades de uma vida digna uma percentagem que em nada interfere nessas qualidades, e brinda aqueles que estão longe dessa vida digna, oferecendo-lhes a possibilidade de se aproximarem um pouco dela. Será esta ideia assim tão injusta?

Free-rider: Uma Teoria da Justiça legitima a sua existência?

Apliquemos, para finalizar, a teoria política de Rawls à segunda parte da questão que dá título a este ensaio: ela legitima a existência de *free-riders*? Achamos esta questão relevante pois o princípio da Diferença pode criar situações moralmente difíceis de aceitar.

Consideramos um *free-rider*⁵¹ a referência a quem retira benefício de recursos ou serviços sem pagar o custo desse benefício: poderá ser um indivíduo que vive à custa do modelo social, ou o monopolista que foge aos impostos.

A teoria rawlsiana⁵² não toma em conta, segundo Ronald Dworkin⁵³, os gostos e ambições de cada: se alguém decidir empenhar-se em actividades de lazer,

⁵¹ Charles Chaplin, no filme *A Quimera do Ouro*, representa, de certa forma, o espírito de um *free-rider*: numa cena em que a personagem interpretada por Chaplin vagueia pela montanha esfomeado, encontra a cabana de um engenheiro de minas, Hank Curtis, que era conhecido pela sua bondade. Aproveitando-se dessa bondade, Chaplin finge desmaiar à entrada da sua cabana, fazendo com que Curtis o resgate para dentro: a cena torna-se caracterizante do espírito *free-rider* quando Chaplin abusa da bondade do engenheiro (que poderá representar na nossa analogia o sistema de apoio social, por exemplo), exigindo-lhe mais e mais sem nada dar em troca.

⁵² A teoria rawlsiana é muita criticada por construir-se sobre categorias abstractas universais que podem cair numa utopia, devido à inexequibilidade dos próprios princípios da justiça. Contudo, parece-me esta afirmação injusta: Rawls aponta a posição original para “ver o nosso objectivo à distância” (Rawls, 1993: 40), o seu objectivo é heurístico. A própria ideia de Equilíbrio Reflectido impõe um movimento de vai-

enquanto outros optarem por trabalhos exigentes, o princípio da diferença acabaria por premiar os primeiros, isto porque mesmo assumindo que essas actividades não seriam remuneradas e colocar os indivíduos numa situação posição desfavorecida à partida, essa mesma posição deveria ser maximizada à custa dos que escolheram trabalhos mais penosos e mais remunerados. (Cf. Rosas, 2014: 62)

O que apontamos aqui é que a teoria rawlsiana acentua na ideia de que ninguém deve ser penalizado por factores cuja responsabilidade é inexistente, mas poderá pecar por não penalizar as escolhas pelos factos que são responsáveis.⁵⁴

Ora, Nozick aponta este problema na *Teoria da Justiça*, pois o distributivismo rawlsiano trata os mais favorecidos instrumentalmente⁵⁵, obrigando-os a contribuir para a melhoria da situação dos mais desfavorecidos, seja qual for a sua escolha em contribuir para a sociedade ou em passar a vida em casa a ver televisão. Legitima-se a existência de *free-riders* com o próprio princípio da Diferença, pois é este que declara que as desigualdades poderão existir apenas se os que estão no lado positivo sustentarem o lado negativo.

Contudo, podemos analisar se os *free-riders* são, para Rawls, moralmente culpados de o serem. Como vimos na discussão sobre o mérito, Rawls defende que as qualidades positivas valorizadas pelo mercado, como a beleza ou a inteligência, são arbitrários⁵⁶ devido à lotaria natural e social: não devemos achar-nos no direito de exigir recompensas e benefícios por factores para o qual, simplesmente, nada contribuímos. Ora, parece-nos que podemos tratar as qualidades negativas exactamente do mesmo

vém entre a posição original (e os princípios que funda) e os nossos juízos (a nossa descrição do conflito que é real) (Cf. Kukatas/Pettit, 1995: 88). Como aponta Rawls: “reflective equilibrium is all that is required for the practical aim of reaching reasonable agreement on matters of political justice.” (Cf. Rawls, 2001: 29-32)

⁵³ Para ver a solução apresentada por Dworkin, centrada na ideia de recursos, ver Rosas, 2014: 62.

⁵⁴ É intuitivo que uma ideia de justiça deva tomar em conta os esforços individuais e que os que optem pelo lazer não deveriam ganhar qualquer benefício por parte do Estado. (Cf. Rosas, 2014:62)

⁵⁵ O distributivismo do Estado social equivale à quebra do imperativo categórico kantiano na fórmula do “fim em si mesmo”: o Estado social trata os indivíduos (sobretudo os mais favorecidos) como um meio ao serviço de um determinado fim (a justiça como equidade) e não como fins em si mesmo. (Cf. Nozick, 2009: XV)

⁵⁶ Podemos invocar, mais uma vez, *A Quimera do Ouro* de Chaplin para representar, de certa forma, o conjunto de lotarias a que cada um foi sujeito e pelo qual não merece nenhum crédito pelos seus resultados: veja-se a cena em que Chaplin, Big Jim e o vilão Black Larson, esfomeados e presos na cabana devido ao severo tempo, decidem que um deles terá de sair e procurar alimento. Escolhem, para decidir: aquele a quem calhar a carta mais baixa, terá a tarefa de enfrentar a tempestade. Ora, podemos realmente afirmar que o pobre Larson tem alguma culpa por lhe ter saído a carta número dois, ou que Big Jim tem mérito ter sacado a carta do rei? Analogicamente, Rawls procura demonstrar que todos nossos talentos funcionam como este baralho de cartas: a uns calhou, por mero acaso, ases e reis; mas a outros, calhou números baixos. O que há de semelhante em ambos os casos? Nenhum deles pode ter qualquer (des)mérito moral por este acontecimento arbitrário.

modo: por acaso, alguns indivíduos tiveram no seu sorteio o prémio infeliz da preguiça, da dificuldade de concentração ou até uma psicologia depressiva.

Contudo, Dworkin aponta aqui uma crítica⁵⁷ importante à teoria rawlsiana: ela não parece contemplar as desvantagens peculiares que alguns poderão ter nos seus dotes naturais, nomeadamente os deficientes físicos ou mentais. Ora, a distribuição de bens sociais primários centra-se (dado o princípio da diferença) na maximização das expectativas daqueles que estão pior ao nível da riqueza, mas estes podem não ser os que estão pior num sentido mais amplo:

Se alguém tem uma deficiência grave, com a qual gasta grande parte dos recursos de que pode dispor, estará certamente pior do que alguém que tem os mesmos recursos mas não necessita de os gastar para acorrer à sua deficiência em particular. Ora, parece intuitivamente convincente que a justiça deve também eliminar as desvantagens especiais produzidas pela pura má sorte – o que não está previsto na formulação de Rawls. (*Idem*, 61-62)

Devemos concluir, portanto, que talvez a justiça como equidade permita a existência de *free-riders* por estes não terem qualquer contributo para o serem: como tal, os mais favorecidos deverão, de algum modo, financiar este caso particular de menos favorecidos, para que possam combater as suas características indesejáveis que claramente prejudicam o seu papel na sociedade.

Procurámos durante este ensaio perceber as consequências práticas que os dois princípios apresentados por Rawls em *Uma Teoria da Justiça* implicam.

Em relação ao mérito, parece-nos ter ficado claro que a posição de Rawls é de claro descrédito: afinal, os fundamentos implícitos na meritocracia estão baseados em arbitrariedades que, do ponto de vista moral, não merecem qualquer consideração.

⁵⁷ Michael Walzer apresenta a sua resposta à Teoria da Justiça defendendo que “a busca da unidade é não compreender o objecto da justiça distributiva. (...) os princípios da justiça são, eles próprios, pluralista na sua forma; os vários bens sociais devem ser distribuídos com base em motivos diferentes, segundo processos diferentes e por diversos agentes; e que todas estas diferenças derivam de diferentes concepções dos próprios bens sociais – consequência inevitável do particularismo histórico e cultura” (Walzer, 1999: 22-23)

Seria nitidamente injusto que alguém por ter tido sorte nas três lotarias apresentadas⁵⁸ se achasse no direito de reclamar qualquer benefício em relação àqueles que, nalguma das lotarias, não tiveram tanta sorte. As instituições deverão, portanto, corrigir esses sorteios de forma a que o nível dos azarados (os desfavorecidos) possuem um nível básico de vida digna.

Já na breve discussão sobre a legitimidade dos *free-riders*, podemos concluir que Rawls torna lícita a sua existência, mas simplesmente pelo facto que estes não possuem, tal como nas qualidades positivas prezadas pela meritocracia, culpa ou mérito por deter essas qualidades negativas: as instituições deverão aplicar os ganhos dos mais favorecidos no desenvolvimento e na superação dessas qualidades negativas para torná-los membros activos da sociedade (através de uma educação especial, focada em ultrapassar a psicologia dessas pré-disposições de pendor genético ou de algum trauma sofrido que tornaram certos indivíduos inaptos para uma psique normalizada e uma prática de uma cidadania adequada).

Para finalizar, gostaríamos de realçar que as críticas apontadas ao esquema rawlsiano possuem alguma robustez e força (veja-se a rejeição da prioridade do justo sobre o Bem, ou a crítica ao sujeito rawlsiano, ou ainda a possibilidade e plausibilidade da posição original, entre outras) mas parecem possuir algo em comum: referem-se a como funciona realmente o mundo – é um processo puramente descritivo, e as falhas apontam para que a própria descrição apresentada por Rawls seja inexacta. Contudo, parece-nos claro que também eles cometem um erro plausível: uma teoria ou filosofia política deve ser, a nosso ver, normativa – ela deve indicar **como é** que **deve** funcionar o sistema político – e não apenas descritiva (como apresentada pelos comunitaristas, por exemplo).

Será diferente explicar como é que são construídos os mecanismos morais no Homem (como funciona a empatia, o *disgust*, a origem da moral, a sua evolução, entre outras) – a sua descrição científica dir-nos-á como é, mas nada nos dirá sobre como deve ser.

⁵⁸ Recorde-se: 1) a lotaria natural (onde estão implícitos os nossos talentos e dons), 2) a lotaria social (onde estão implícitos as possibilidades de desenvolver esses talentos e dons) e finalmente 3) a metalotaria (onde está implícito a valorização específica desses talentos e dons, e não de outros, pelo mercado).

DOES RAWLS ELIMINATE MERIT AND LEGITIMATE FREE-RIDERS?

ABSTRACT: The political philosopher John Rawls' work originated an inspiring and innovative reflection on thinking about various problems of society. Updating the social contract method, refined with Kantian sapience, the Rawlsian project initially started by stipulating the great principles a just society should adopt. Beginning with an analysis of (pre)distribution of wealth and opportunities, his master piece "A Theory of Justice" came to be applied to many other equally important and relevant problems. In this article, I will seek to apply Rawlsian conclusions to two contemporary problems: the meritocracy and the existence of free-riders.

Keywords: Justice Principles. John Rawls. Free-riders. Meritocracy. Lotteries.

REFERÊNCIAS

Arnheim, Rudolf (1957), *A Arte do Cinema*, Lisboa: Edições 70.

Bidet, Jacques (1995), *John Rawls et la théorie de la justice*, 1ª. ed., Paris: Presses Universitaires de France.

Espada, João C. / Rosas, João C. (coords) (2004), *Pensamento Político Contemporâneo*, Lisboa: Bertrand Editora.

Freeman, Samuel (ed.) (2003), *The Cambridge Companion to Rawls*, Cambridge: Cambridge University Press.

Kukathas, Chandran / Pettit, Philip (1995), *Rawls: "Uma Teoria da Justiça" e os seus Críticos*, 1ª. ed., Lisboa: Gradiva.

Nozick, Robert (2009), *Anarquia, Estado e Utopia*, Lisboa: Edições 70.

Rawls, John (1993), *Uma Teoria da Justiça*, 1ª. ed., Lisboa: Editorial Presença.

Rawls, John (1996), *Liberalismo Político*, 1ª. ed., Lisboa: Editorial Presença.

Rawls, John (2001), *Justice as Fairness: a Restatement*, 1ª. ed., Cambridge: Harvard University Press.

Rosas, João Cardoso (org.) (2014), *Manual de Filosofia Política*, 2ª. ed., Coimbra: Almedina.

Sandel, Michael (1982), *Liberalism and the Limits of Justice*, Cambridge: Cambridge University Press.

Walzer, Michael (1999), *As Esferas da Justiça*, 1ª. ed., Lisboa: Editorial Presença.

Wolff, Jonathan (2004), *Introdução à Filosofia Política*, 1ª. ed., Lisboa: Gradiva

TAXA DE CÂMBIO, EXPORTAÇÃO E A BALANÇA COMERCIAL

Gregory Moyses Volpato

*Aluno da disciplina de Finanças Internacionais da Universidade de Caxias do Sul, Campus
Universitário da Região dos Vinhedos.*
gmvolpato@ucs.br

Diogo Fávero Pasuch

*Bacharel em Ciências Contábeis – UCS; Especialista em Educação a Distância – Senac;
Mestre em Contabilidade e Controladoria - Unisinos,
Doutorando em Contabilidade Uminho/Aveiro Portugal.*
diogo@diveneto.com.br

Este artigo relaciona as variações cambiais com a balança comercial brasileira no período de 2012 a 2015, buscando identificar possibilidades que possam afetá-la de forma negativa, mesmo em períodos de apreciação cambial. Com o objetivo de encontrar os motivos pelos quais a desvalorização do real não se converteu em *superávits* na balança comercial, foram analisados saldos comerciais dos anos citados e seus respectivos motivos, utilizando-se de figuras explicativas. O trabalho conclui que há outras variáveis que devem ser consideradas para a análise do saldo da balança comercial, tais como: produtos exportados, política do país, os mercados externos e a inflação.

Palavras-chave: Balança Comercial, Dólar, *Déficit*, Exportações.

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2015, a economia brasileira tem enfrentado processos inflacionários e de desvalorização do real resultantes da crise externa na Europa, do possível calote grego, da diminuição das previsões do PIB chinês e do lento processo de recuperação financeiro norte-americano após a crise de 2008. Os atritos nas relações entre Oriente Médio e Europa, a possível deflação econômica em alguns países e a baixa internacional nos preços das commodities, também são circunstâncias citadas pelo Banco Central do Brasil em seu relatório da inflação de março de 2015, como responsáveis pela apreciação contínua do dólar norte-americano.

A instabilidade política brasileira impulsionada pelos escândalos de corrupção tem afetado o câmbio de forma negativa, fato verificado em 29/03/2015 quando o dólar atingiu a marca de R\$ 3,29, BACEN (2015). Este valor só é superado pelo dia 22 de outubro

de 2002, mês da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em que a imprevisibilidade comandava o mercado financeiro fazendo com que o câmbio fechasse a R\$ 3,95, conforme dados do BACEN (2003).

O Brasil adotou a partir de 1999, a taxa de juros flutuante visando proteger as reservas cambiais. Entretanto a volatilidade mencionada anteriormente, se deve ao fato do país ficar submisso às variações do mercado, atrelando suas exportações e importações ao sobe e desce do dólar. Conforme Vasconcellos (2014) as exportações são estimuladas quando o dólar estiver alto. Também são impulsionadas pelos incentivos às exportações, aumentos na renda mundial e nos níveis gerais de preços; internos e externos.

O objetivo deste artigo é verificar a ligação entre a alta do dólar em períodos específicos com balanças comerciais *deficitárias*, como exemplificados nos anos de 2012 a 2015. Serão utilizados conceitos da teoria econômica, iniciando-se com uma introdução ao comércio internacional. Posteriormente será apresentado um histórico recente da balança comercial brasileira. Na terceira fase serão identificados números das exportações e dos balanços a partir de figuras explicativas, relacionando-os com prováveis causas dos *déficits* nos saldos comerciais. Esta pesquisa será finalizada com as considerações finais do estudo.

1. A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O setor externo de um país pode ser a válvula de escape nas contas nacionais. Na contabilidade de uma nação, o comércio internacional é um fator determinante no nível econômico. Porém, no período mercantilista as nações possuíam muitas restrições às trocas internacionais e criavam barreiras às importações. Tal comportamento afetou as relações comerciais negativamente, levando as exportações a níveis baixíssimos.

A reputação do comércio internacional continuou a existir até 1817, quando o economista londrino David Ricardo apresentou ao mundo a Teoria das Vantagens Comparativas, relacionando a produção de vinhos e tecidos de Portugal e Inglaterra. Nesta Teoria, levando-se em conta somente um fator de produção, a mão-de-obra, chegou-se a conclusão de que se um país produzisse um produto a um custo menor e com menos horas trabalhadas, e outro país produzisse um diferente nestas condições, um eventual comércio seria lucrativo, contanto que se exportasse sempre a mercadoria em que se obtivesse vantagem. Desta forma comprariam mercadorias em que seria custoso produzir, e venderiam aquelas que exigissem menos custo e mão-de-obra. Esta visão foi um grande marco para as relações comerciais internacionais, visto que estimulou as trocas e fomentou o comércio ao

nível globalizado atual.

O aprimoramento das relações internacionais permitiu que os economistas decifrassem novos benefícios. Rossetti (1994) relaciona a abertura ao comércio internacional com um posterior desenvolvimento econômico. Países menos desenvolvidos, que possuem menos perspectivas de aquisições de novos bens devido à fragilidade dos meios de produção, podem sentir-se atraídos pelo leque de oportunidades que as trocas podem oferecer, permitindo uma visão mais consumista que pode vir a aumentar a captação de poupança e acumulação de capital, princípios básicos para o desenvolvimento econômico. No caso de crises internas, as empresas poderão realizar suas vendas no exterior, diminuindo os estoques. A sazonalidade de alguns produtos também pode ser sanada com as trocas internacionais.

No âmbito governamental, o comércio pode ser utilizado como um instrumento para políticas internacionais agressivas. As tarifas internacionais e a formação de blocos econômicos, como a União Europeia, permitem livre troca de mercadoria e diminuição de processos burocráticos. O acordo de *Bretton Woods* em 1944 foi pioneiro nos acordos internacionais monetários, modificando completamente as relações cambiais entre os países, de acordo com Furtado (2000).

2. A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

A relação brasileira com o comércio internacional se intensificou com a implantação do Plano Real em 1994, durante o governo de Itamar Franco com o apoio de Fernando Henrique Cardoso, então ministro da fazenda. Após uma reforma monetária inicial, o governo intensificou os seus esforços ao cambio, estipulando bandas cambiais que fixaram limites às variações. Esta ação permitiu uma valorização do real, aumentando importações e concorrência interna, reduzindo os preços internos. Entretanto, se antes de 1994 a balança comercial brasileira mostrava-se superavitária, o Plano Real acabou transformando este panorama, pois as importações cresceram de forma demasiada. Com o aumento da demanda doméstica e a apreciação cambial, as exportações caíram drasticamente, forçando o governo brasileiro a constantes financiamentos externos, causando aumentos no endividamento externo.

O ato de recorrer ao financiamento externo para cobrir *déficits* na balança ainda persiste nas economias mundiais. Froyen (2013) relata a preocupação norte-americana com

o crescente endividamento externo, oriundos de uma balança comercial deficitária em 6% do PIB em 2006. Todavia, o aumento da dívida externa não era a única saída para o modelo brasileiro.

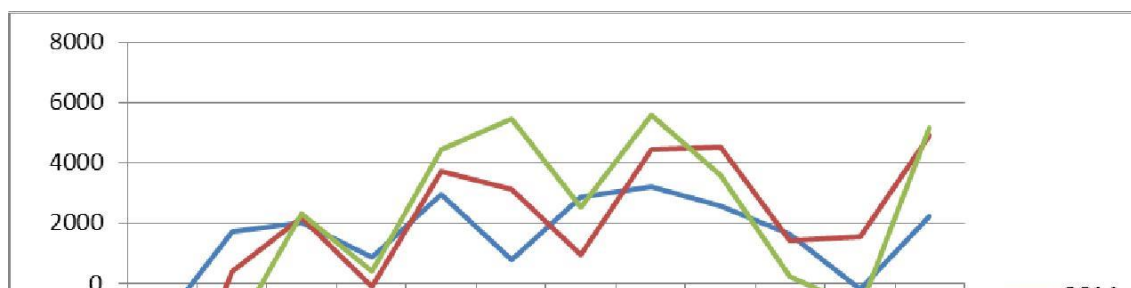
A outra opção governamental era permitir o aumento inflacionário, porém levando-se em consideração que o objetivo da política econômica era o controle sobre a inflação, permitiu-se que a balança se tornasse deficitária, amenizada pelo aumento dos preços das *commodities* da época. Este modelo perdurou até 1999, com a criação do COPOM e as metas para a inflação. As metas da inflação surgiram após as crises na Ásia, que praticamente inibiram as exportações e derrubaram os preços das *commodities*, posteriormente desvalorizando o real.

A depreciação do real e as crises políticas internas com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva elevaram o dólar a valores recordes, estimulando as exportações e ao *superávit* da balança comercial a níveis comparáveis aos anos 70. Após superar outra crise externa, os anos subsequentes foram de prosperidade no comércio internacional brasileiro. A balança comercial manteve-se estável até a crise de 2008, no qual todo o setor externo encontrou-se turbulento. Apesar da crise, o Brasil conseguiu fechar os anos seguintes com *superávits* reduzidos, mas que se mantiveram até janeiro de 2012. A expansão dos preços de manufaturados exportados neste período foi apontada como propulsora deste movimento superavitário, segundo MDIC (2012).

3. ANÁLISE DE DADOS

Como mencionado anteriormente, a primeira década deste século representou contínuos *superávits* nos saldos comerciais. Entretanto, o governo implantou políticas de distribuição de renda e de estímulos ao consumo que melhoraram a participação das classes pobres no mercado de produtos e serviços. Este aumento na renda de milhões de consumidores aqueceu o mercado interno e acelerou a economia. A contrapartida das ações dos governantes foi um aumento gradual de importações, principalmente de bens duráveis, que em conjunto com a crise externa diminuíram o saldo das exportações.

Figura 1 – Saldo da Balança Comercial entre 2012 e 2014



Fonte: Elaboração própria com base em dados da base histórica do BACEN

Se observarmos a figura 1, encontraremos um padrão na balança comercial brasileira nos anos abordados por este artigo. O mês de janeiro de 2012 teve um *déficit* no valor de US\$ 1,30 bilhão, maior valor negativo para o mês referido na base histórica. Neste mês a média do dólar foi de R\$ 1,79 e a balança foi duramente afetada pela retração nas economias europeias, fruto da crise de 2008, dados do MDIC (2013). O relatório do fundo monetário internacional diminuiu as projeções de crescimento para os países europeus, prevendo retração do PIB em 0,3%. De acordo com o relatório de inflação do Banco Central do Brasil de março de 2012, este período ficou caracterizado pelo enfraquecimento da demanda externa.

Em 2012 a balança comercial voltou a ficar negativa no mês de novembro, mesmo apresentando exportações recordes para a época, de produtos manufaturados, segundo MDIC (2012). Os fatos das exportações terem sido recordes para o ano de 2012 e a média do dólar ter sido a segunda maior deste período no valor de R\$ 2,67 não garantiram o *superávit*. Todavia, não foram apenas as exportações que aumentaram como também as importações, principalmente de matérias-primas e intermediários, oriundos da China e EUA. Os demais meses apresentaram *superávit* na balança comercial, assim como na alta do dólar. Entretanto havia preocupação do governo brasileiro quanto aos meses que viriam, devido à continuidade da crise na Europa e a economia argentina em forte retração. Especificamente o caso argentino, integrante do MERCOSUL e um dos maiores parceiros comerciais brasileiros.

O ano de 2013 começou de forma muito negativa para o comércio internacional brasileiro. A instabilidade financeira mundial foi comprovada com os índices indicadores de atividade na Europa, EUA, Japão e Reino Unido. As previsões de retrações nas economias das nações desenvolvidas já preocupavam o Brasil no final de 2012, e se confirmaram com a redução dos preços das *commodities*. As incertezas fiscais e financeiras frearam o consumo e os investimentos. O aumento do desemprego no mundo foi contribuinte para uma visão pessimista sobre os próximos meses. Um dos produtos mais afetados no mês de janeiro, no qual o *déficit* na balança comercial chegou a US\$ 4,035 bilhões, foi o petróleo. Este produto específico teve um decréscimo de 69,5% na exportação, constatado pelo MDIC (2013).

Um dos fatores amenizadores do primeiro semestre de 2013 foi às perspectivas boas em relação à China, grande compradora de grãos e metais brasileiros. No ano em análise, sua participação nas exportações brasileiras estava em 19%. O baixo crescimento americano e a crise argentina ainda refletiram nestes balanços, visto que suas participações representaram 10,3% e 8,1% respectivamente, conforme MDIC (2013).

Analisando o ano de 2014, encontramos muitas semelhanças gráficas aos períodos anteriormente estudados. A explicação governamental para mais um mês de janeiro deficitário, foi de que o país estava passando por um período de entressafra e reposição de estoques. A retração nos primeiros meses também pode ser explicada pela continuação da crise econômica argentina, em especial nas importações de automóveis. O setor automotivo brasileiro vinha apresentando crescimento há mais de uma década, todavia o maior parceiro comercial automotivo continuou a impor barreiras às importações visando diminuir a saída de moeda estrangeira, por BACEN (2014). Houve quedas internacionais de preços nos produtos manufaturados e semimanufaturados como o açúcar. A soja e os minérios novamente estiverem nas primeiras posições das exportações, que também demonstraram crescimento nas vendas de carnes ao exterior. O dólar manteve-se estável até a metade do ano, tendendo ao crescimento até o final de 2014.

O ano de 2015 nem chegou à metade, mas a economia brasileira neste começo de ano já enfrentou muitos desafios. Após as eleições, o dólar apreciou rapidamente cercado por indefinições no mercado financeiro e as expectativas pela definição de um novo ministro da fazenda. Com a efetivação de Joaquim Levy como ministro da fazenda o dólar recuou, porém as frequentes divergências de opinião entre o ministro e a presidente têm se mostrado prejudiciais à economia.

O reajuste fiscal e monetário desejado tem encontrado seguidas restrições do

senado, dificultando a volta do crescimento econômico. Durante as eleições de 2010, o Brasil utilizou-se dos *superávits* primários para estímulos e subsídios, que expandiram gastos fiscais que não eram mais necessários, como atesta Pastore (2015).

Outro fator importante para o não atingimento da estabilidade é a crescente alta de juros aplicada pelo Banco Central, elevada a 13,75% no mês de maio. A inflação brasileira tem sido crescente, pulando de 6,5% ao ano em janeiro de 2015 para 8,3% no mês de maio de 2015, dados do BACEN.

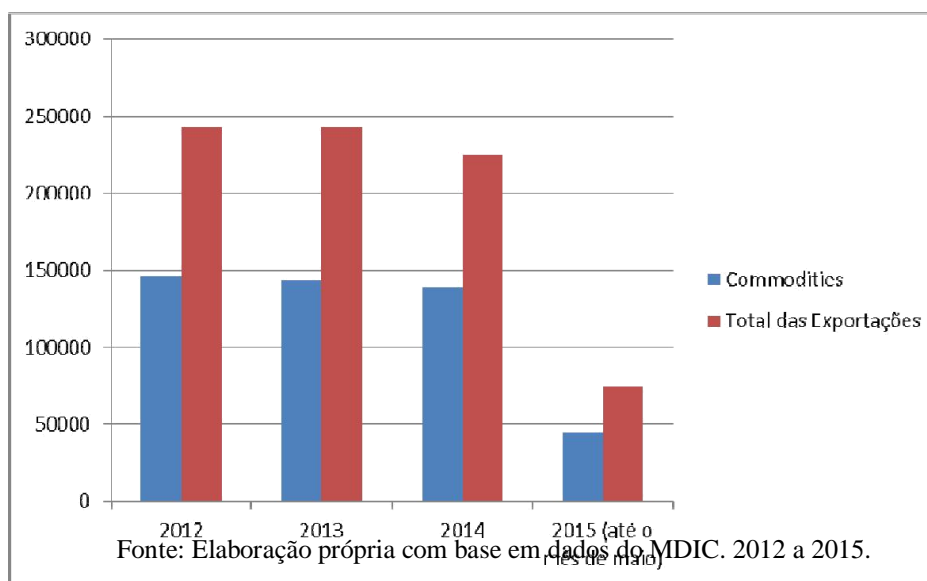
A inflação deve ser encarada com um atenuante nas relações comerciais. Altas na inflação encarecerão os preços nacionais, desestimulando a produção interna, e consequentemente aumentando as importações. Esta situação pode ser contornada, mas como cada decisão econômica implicará em consequências, uma eventual depreciação induzida do real, não impedirá que produtos essenciais ao mercado nacional sejam importados. Todo este processo poderá acarretar em uma disfunção dos preços internos. Desta forma, uma das razões para a balança comercial fechar com um saldo de apenas US\$ 458 milhões em março de 2015 foi uma inflação de 1,32% no mês, alavancada pela crise energética, dados do valor econômico (2015). Tabela 1 – Balança Comercial, Dólar Médio e Exportações nos meses deficitários entre 2012 e 2015.

Meses Deficitários 2012 a 2015	Saldo da Balança (Em bilhões de dólares US\$)	Média mensal do Dólar (Em Real R\$)	Saldo Total das Exportações (Em bilhões de dólares US\$)
Jan/12	- 1308	1,791	16140
Nov/12	- 194	2,067	20472
Jan/13	- 4048	2,031	15967
Fev/13	- 1286	1,973	15549
Abr/13	- 1007	2,002	20631
Jul/13	- 1907	2,252	20807
Out/13	- 240	2,189	22821
Jan/14	- 4068	2,382	16026
Fev/14	- 2129	2,384	15934
Set/14	- 940	2,333	19617
Out/14	- 1177	2,448	18330
Nov/14	- 2351	2,538	15646
Jan/15	- 3174	2,638	13704
Fev/15	- 2842	2,817	12092

Fonte: Elaboração própria com dados da base histórica do BACEN e da Associação Comercial do Estado de São Paulo, 2015.

A tabela 1 compara todos os meses deficitários entre janeiro de 2012 e maio de 2015, com os números das exportações e o dólar mensal para cada período. O período apresentou aumento gradativo do dólar, assim como queda nas exportações. Esta combinação pode resultar em futuras balanças deficitárias, e conseqüente financiamento externo, se comprovado constante.

Figura 2 – Participação das Commodities na balança comercial.



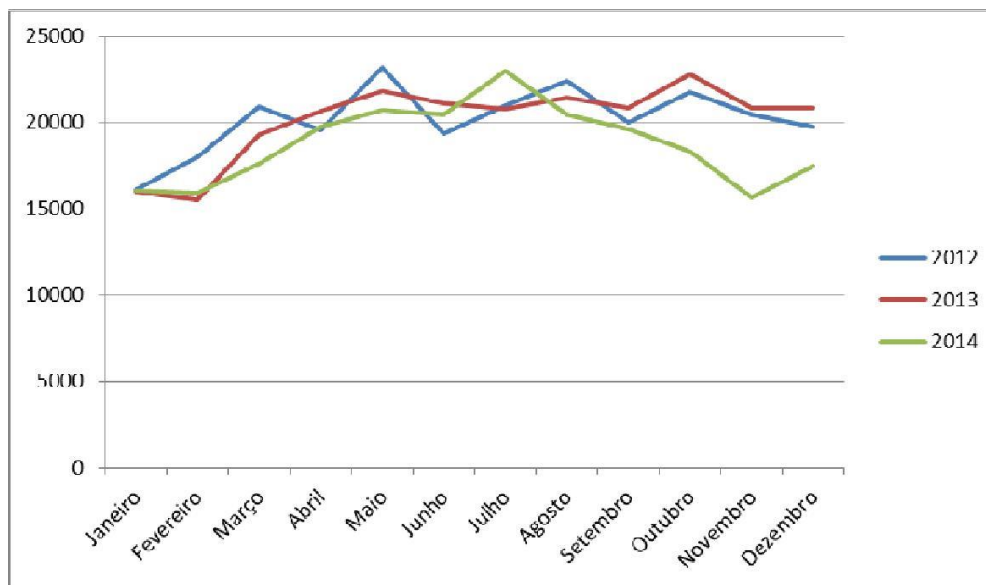
A figura 2 demonstra a participação das *commodities* no total dos produtos exportados pelo Brasil no período de 2012 a maio de 2015. Incluem-se nas *commodities* os produtos semimanufaturados, tais como; açúcar, celulose e derivados do ferro. Tradicionalmente nosso país exporta grande quantidade destes produtos, ocupando o segundo lugar das exportações brasileiras no ano de 2014, segundo dados consolidados da balança comercial, fornecidos pelo MDIC, 2015.

Os produtos básicos e semimanufaturados, que representaram 48% das exportações de 2014, estão vinculados a índices de preços internacionais que não permitem grandes volatilidades. Esta dependência faz com que o comércio brasileiro perca poder de barganha, e direciona parte dos rumos comerciais. Os números superavitários apresentados nos anos 2000 foram ancorados parcialmente pelos constantes preços das *commodities*.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA ,2012) verificou aumento na participação de produtos básicos nas exportações de 26,3% para 44,6% entre os anos de 2010 a 2011. Houve uma redução dos manufaturados de 57,5% para 39,5%

no mesmo período. O estudo concluiu que o aumento da porcentagem das *commodities* nos saldos finais da exportação se deveu ao aumento dos preços destas mercadorias na ordem de 2,7 vezes entre os anos considerados, fato que comprova o condicionamento do comércio internacional brasileiro por produtos primários.

Figura 3 – Nível de exportação entre 2012 e 2014.



Fonte: Elaboração própria com dados da base histórica do MDIC.

As exportações de soja e minérios de ferro, que frequentemente apoiam a balança comercial em momentos instáveis, podem ser observadas na figura 3 das exportações entre 2012 e 2015, especificamente no mês de maio, safra brasileira. O grande problema é quando por algum motivo externo, os produtos básicos sofrem quedas de preços generalizadas, deixando o país de mãos atadas. Esta questão não se restringe exclusivamente ao Brasil, mas a todos os países latino-americanos.

O conceito de elasticidade-renda pode nos ajudar a entender melhor este processo. Esta teoria sobre demanda e oferta pode mostrar quão sensível um bem é a uma variação na renda dos consumidores. Dividindo a porcentagem da variação da quantidade demandada de um bem pela variação de renda, identificaremos sua sensibilidade à renda. Os produtos manufaturados possuem uma elasticidade-renda maior que um, estando mais suscetíveis a aumentos na renda mundial. Aplicando a regra básica econômica, que tudo o mais permanece constante, a renda pode ser uma variável importante no comércio internacional. Teoricamente países desenvolvidos produzirão manufaturados em maior quantidade, e devido a seu valor agregado, aumentarão sua renda gerando um processo contínuo. Esta constatação é defendida pela corrente estruturalista, conforme Vasconcellos

(2014) no qual países desenvolvidos seriam beneficiados pelo comércio internacional por sucessivos aumentos na renda mundial.

CONCLUSÃO

A avaliação dos dados demonstrou que a valorização do dólar isoladamente não é garantia para a obtenção de uma balança comercial superavitária. Devem ser consideradas as demais variáveis, tais como: os produtos exportados, as políticas de comércio internacional, os mercados de atuação e a inflação.

O Brasil tem como principais produtos exportados *commodities* que são dependentes de índices internacionais. O aumento ou a diminuição no preço de produtos básicos, como minérios e carnes contribui de forma significativa no saldo comercial do país. Este fato pode ser observado especificamente na balança comercial do mês de maio nos diferentes anos, em que historicamente a balança se mostra superavitária devido a grande remessa de produtos primários sazonais, como a soja.

As políticas de um governo também influenciarão a balança comercial, como relatado na implantação do Plano Real em 1994. Um país poderá movimentar a balança positivamente através de subsídios e incentivos aos exportadores com o intuito de fortalecer as empresas brasileiras em eventuais crises, se desfazendo de estoques maiores no qual a demanda interna não consumirá e acelerar a entrada de moeda estrangeira nas contas nacionais. Países em que o mercado interno encontra-se enfraquecido poderão também atuar de maneira defensiva, dificultando a entrada de mercadorias através de tarifas e barreiras alfandegárias, evitando assim que multinacionais sufoquem a competitividade das empresas nacionais.

Os maiores parceiros comerciais do país também serão determinantes para a balança comercial. Crises externas nestes países afetam diretamente as nações envolvidas economicamente, tese comprovada na análise dos déficits dos meses de janeiro e novembro de 2012. Atualmente a dependência de economias externas continua. A bolsa de valores brasileira acompanha de perto a desaceleração da economia chinesa e o lento crescimento americano. Tese que se comprova se levarmos em consideração que a China participou de 18,4% das exportações brasileiras registradas na balança comercial divulgada até o mês de maio de 2015 pelo MDIC.

A inflação possui grande representatividade no resultado comercial, como pode ser comprovado no momento atual, 2015, da economia brasileira. O descontrole inflacionário apresentados nos índices IPCA em conjunto com os constantes aumentos da

taxa de juros pelo Banco Central do Brasil têm ofuscado a alta do dólar no saldo comercial final. Por mais que este estudo tenha encontrado razões para o *déficit*, somente a análise de um período mais longo permitirá avaliar os reais impactos do dólar nas exportações e possíveis variáveis desconhecidas neste artigo.

EXCHANGE RATE, AND THE EXPORT TRADE BALANCE

ABSTRACT This Article lists the exchange rate fluctuations with the Brazilian trade balance in the period of 2012 to 2015, seeking to identify opportunities that are likely to affect it in a negative way, even in periods of exchange rate appreciation. With the objective to find the reason that the devaluation of the Brazilian real has not resulted in surpluses in the balance of trade, were analyzed trade balances of the years and their respective reasons, using explanatory figures. The study concludes that there are other variables that should be considered for the analysis of the balance of trade, such as; the exported products, foreign markets, politics in the country and inflation.

Key-words: Trade Balance, Dollar, Exports.

REFERÊNCIAS

BACEN, BANCO CENTRAL DO BRASIL. (2002 a 2015). Acesso em 07 de Junho de 2015. Disponível: <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>

BRASIL EM DESENVOLVIMENTO 2011. **Estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: IPEA, 2012.

Furtado, Milton Braga (2000). **Síntese da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: LTC.

Froyen, Richard T. (2013). **Macroeconomia. Teorias e Aplicações**. Tradução: Cecília Camargo Bartalotti. – 2 Ed. São Paulo: Saraiva.

Mdic – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. (2002 a 2015). Acesso em 06 de Junho de 2015. Disponível em: www.mdic.gov.br/comercio-exterior.

Pastore, Affonso Celso (2015). **Inflação e Crises. O papel da moeda**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Rossetti, José Paschoal (1994). **Introdução à Economia**. 6. Ed. São Paulo: Atlas.

VALOR, VALOR ECONÔMICO. (2015). Acesso em 08 de Junho de 2015. Disponível em: www.valor.com.br/brasil/3988460/balanca-comercial-tem-em-marco-primeiro-superavit-mensal-de-2015

Vasconcellos, Marco Antonio Sandoval de; Garcia, Manuel Enriquez (2014). **Fundamentos de Economia**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva.

ESTRÁTEGIAS PSICOLÓGICAS PARA O ENFRENTAMENTO DO CÂNCER INFANTIL.

Polyana Leal da Silva
Acadêmica do Curso Bacharelado em
Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII*.
poly_leal@hotmail.com

Tâmina de Lima Alves
Acadêmica do Curso Bacharelado em Enfermagem
pela Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII*.
taminalima@hotmail.com

Pablo Figueiredo Maciel
Fisioterapeuta pós graduado em Saúde Pública

Jorge Lucas Teixeira da Fonseca
Enfermeiro, pós graduando em Enfermagem em Saúde do Trabalhador

Saynora Miranda Oliveira
Psicóloga, Professora da universidade Estadual da Bahia, Mestre em Gestão de Recursos
Humanos, Doutoranda em Psicologia das Organizações.
sayomiranda@hotmail.com

O câncer infantil é um processo complexo onde a detecção precoce e o tratamento são fundamentais no papel da redução desse agravo. Trata-se de um estudo bibliográfico que objetivou demonstrar que as atividades psicológicas lúdicas possuem um caráter influenciador na melhoria do estado saúde-doença da criança hospitalizada com neoplasia seja ela maligna ou benigna. Para a coleta de dados, foi utilizado o método do levantamento bibliográfico, mediante a análise de artigos indexados nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). As publicações analisadas indicam que a hospitalização em sua maioria pode afetar psicologicamente a criança, interferindo emocionalmente, além da qualidade de vida. Porém, para lidar com essa situação, o brincar tem funcionado como estratégia de enfrentamento, pois as atividades lúdicas no hospital, com crianças hospitalizadas com câncer mostrou-se um recurso adequado para a adaptação desta criança, permitindo melhoras no bem-estar físico e emocional.

Palavras Chaves: Neoplasia pediátrica. Cuidados de Enfermagem. Atividades Lúdicas.

INTRODUÇÃO

O câncer infantil era, até pouco menos de 30 anos, uma doença de evolução constantemente fatal para a maioria das crianças, os casos envolviam procedimentos

clínicos comumente previsíveis, sendo os pais aconselhados a se prepararem para enfrentar diversas situações estressantes incluindo até mesmo o luto e a morte da criança (Mcintosh, 1974).

Nos anos 60 a expectativa de vida para as crianças com câncer era baixíssima. Mas em virtude do advento tecnológico na área médica, especialmente no que diz respeito ao diagnóstico e ao tratamento, as crianças com neoplasias obtiveram uma melhora na expectativa de vida, porém quando não tratadas a tempo e de forma correta, ainda estão sujeitas a riscos fatais (Magro *et al*, 2012).

Até a década de 70 a grande maioria das crianças portadoras de neoplasia faleciam. O tratamento era realizado de forma para alcançar a cura a qualquer preço. Os efeitos tardios não eram conhecidos, pois o período de observação pós tratamento era pequeno e parte destes efeitos não eram ainda encontrados ou descritos na literatura (Lopes & Bianchi, 2000).

Nesse cenário, o câncer pediátrico que, em 2005, foi responsável por 8% de todos os óbitos ocorridos em crianças e adolescentes (1 a 19 anos) no país, sendo assim considerado a primeira causa de mortes por doença nesta faixa etária (Santos, *et al*, 2011).

A taxa de incidência do câncer infantil tem crescido em torno de 1% ao ano. E estima-se que a taxa de cura global esteja em torno de 85%. É esperado que, em 2010, um em cada 250 adultos seja um sobrevivente de câncer na infância (Rodrigues & Camargo, 2003).

Em 2008, foram diagnosticados 9.890 novos casos de câncer infantil no Brasil. Este corresponde de 2% a 3% de todos os tumores no Brasil. Para o período de 2012 a 2013, as estimativas de incidência realizadas pelo Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (inca) apontam a ocorrência de 11.530 casos novos de câncer em crianças e adolescentes no país (Silva, *et al*, 2012; Monteiro; Rodrigues; Pacheco, 2012).

O número de casos de câncer tem aumentado sendo um dos mais importantes problemas de saúde pública mundial, principalmente a partir do século passado. Na infância, a incidência de neoplasias malignas varia de 1 a 4% nos registros de câncer de base populacional. Atualmente é considerada uma doença crônica, com perspectivas de cura na maioria dos casos. Sendo assim, 70% das crianças acometidas

por câncer podem ser curadas, quando o diagnóstico ocorre precocemente e o tratamento é realizado em centros especializados (Beltrão *et al.*, 2007).

Nos países desenvolvidos, o câncer é a principal causa de morte por doença em crianças de 01 a 14 anos. Nos países em desenvolvimento a doença geralmente está avançada na época do diagnóstico sendo a ênfase do tratamento dirigida aos cuidados paliativos. Dados apresentados pela Organização Mundial da Saúde - OMS, referindo-se a estudos epidemiológicos, indicam que em um milhão de crianças com idade entre 0-14 anos, aproximadamente 130 desenvolvem câncer a cada ano. Aproximadamente 67% dessas crianças podem ser curadas se o diagnóstico for precoce e a doença adequadamente tratada (Menossi, Lima & Correa, 2008).

O câncer, por ser na maioria das vezes uma doença crônica, demanda um tempo considerável de hospitalização, no qual a criança é submetida a procedimentos invasivos e dolorosos, como é o caso da quimioterapia e seus efeitos colaterais. Essa corrobora com Rossit e Kovacs (1998, p. 59) onde contextualizam que a hospitalização de crianças com câncer: “é uma vivência traumática, onde parecem esquecer que a criança é criança, que necessita de espaço físico, atividades e atenção apropriadas à sua faixa etária”.

A criança com câncer, que necessita de visitas regulares ao hospital, pode encontrar dificuldades na sua vida social e familiar, como, por exemplo, a restrição do convívio social, ausências escolares por tempo prologando e com frequência, assim como aumento da angústia e tensão familiar.

Acrescenta-se a esse quadro a necessidade de se adaptar aos novos horários, confiar em pessoas até então desconhecidas, receber injeções e outros tipos de medicações, ter que permanecer em uma enfermaria, ser privada de brincar, entre outras. Situações estas que não faziam parte da vida da criança e que agora caracterizam a sua nova condição de vida.

A descoberta do câncer traz o medo da dor, do sofrimento, da mutilação e a insegurança em relação ao futuro devido ao risco de morte. Do diagnóstico até o fim do tratamento, o paciente sofre danos, tanto físicos, quanto psicológicos. Quando o portador de câncer é uma criança os danos causados pela patologia também afetam seus familiares, e estes tem papel fundamental no tratamento e recuperação do paciente. A

criança e seus familiares têm todos estes medos compartilhados e suas vidas e rotinas transformadas com a descoberta da doença (Cardoso, 2007).

A família e a criança enfrentam problemas como longos períodos de hospitalização, reinternações, terapêutica agressiva, efeitos indesejáveis advindos do próprio tratamento, interrupção das atividades diárias, limitações na compreensão do diagnóstico, desajuste financeiro, angústia, dor, sofrimento e o medo constante da possibilidade de perda a morte (Nascimento *et al.*, 2005).

O adoecimento por câncer afeta a criança e toda a família, à medida que seus membros se adaptam à doença, seus papéis e responsabilidades podem mudar com as frequentes internações. Porém, quando essa adaptação não ocorre a criança e toda a família é atingida, ocorrendo o desequilíbrio nos seus alicerces. Ao longo do processo patológico, a família e a criança enfrentam problemas em destaque, reinternações frequentes, terapêuticas agressivas, dificuldades de separação dos membros da família, alteração no cotidiano (Silva *et al.*, 2009).

O avanço científico na área de oncologia infantil vem aumentando as possibilidades de cura e sobrevivência de crianças acometidas pelo câncer, principalmente pelo diagnóstico precoce, o que abre espaço para a atenção das necessidades globais da criança. O processo de tratamento do câncer infantil utiliza-se de procedimentos invasivos e dolorosos, por exemplo, quimioterapia (Pedrosa *et al.*, 2007).

Com isso é importante que a criança com câncer tenha um espaço para que possa distrair-se, além de demonstrar suas angústias, medos e ansiedades em relação a sua nova condição de vida (a doença e o tratamento oncológico), enquanto espera ser atendida ou até mesmo durante a sua internação.

É nesse cenário que a psicologia entra trazendo o desenvolvimento de métodos de avaliação e de estratégias de intervenção adequadas e se possível individualizadas que contribuam para a redução do sofrimento da criança, prevenindo o agravamento das reações de dor e *distress*¹ em procedimentos posteriores (Dahlquist, *et al.*, 2007). Assim como estabelecer um relacionamento efetivo entre o profissional e a criança hospitalizada.

¹ *Distress*: no contexto médico pode ser definido como qualquer tipo de emoção negativa associada à exposição ao procedimento invasivo, como ansiedade, estresse e medo (Uman, Chambers, McGrath & Kisely, 2008).

Na busca por essa alegria temporariamente esquecida devido à rotina de trabalho e as inúmeras preocupações que doença causa, surge então no Brasil em 1991 os chamados “Doutores da Alegria”, vindo com o objetivo de trazer arte, sensibilidade e conhecimento de forma a avaliar as necessidades da criança e colocar esses elementos ao seu dispor na unidade onde esteja (Doutores da Alegria, s.d.).

Nesse sentido o presente estudo tem como objetivo demonstrar que as atividades psicológicas lúdicas possuem um caráter influenciador na melhoria do estado saúde- doença da criança hospitalizada com neoplasia seja ela maligna ou benigna.

DESENVOLVIMENTO

Sinais e sintomas

Aos primeiros sinais do câncer a criança não se mostra tão severamente doente, o que pode atrasar o seu diagnóstico. O pediatra será, provavelmente, o primeiro profissional procurado pela família da criança e um dos responsáveis pelo diagnóstico precoce. Um histórico familiar bem colhido e um exame físico minucioso podem, algumas vezes, flagrar a doença ainda incipiente. O câncer infantil pode comumente até mesmo ser confundido com processos fisiológicos do desenvolvimento normal da criança (Rodrigues & Camargo 2003).

Segundo o INCA (2011) em muitos casos, a suspeita e o diagnóstico do câncer nas crianças é o fato de sua apresentação clínica ocorrer através de sinais e sintomas que são comuns a outras doenças mais frequentes, manifestando-se por sintomas gerais, que não permitem a sua localização, como febre, vômitos, emagrecimento, sangramentos, adenomegalias generalizadas, dor óssea generalizada e palidez. Ou, ainda, através de sinais e sintomas de acometimento mais localizados, como cefaleias, alterações da visão, dores abdominais e dores osteoarticulares.

O brincar é importante para o desenvolvimento da criança independente da condição de saúde ou doença.

Para Winnicott (2002, p.33,34) o brincar acontece em uma área intermediária entre a realidade externa (“vida real”) e a realidade interna. O brincar para a criança é a atividade mais significativa que ela pratica e que implicará em um adulto

mais ou menos saudável. O mesmo autor explica ainda que o brincar está posto justamente entre a realidade psíquica pessoal e a experiência de domínio dos objetos reais, ou seja, o brincar é fazer ou pode-se dizer o refazer das adversidades externas no mundo da imaginação.

A Unidade de Oncologia Pediátrica do Instituto Materno Infantil Professor Fernando Figueira – IMIP Centro de Hematologia e Oncologia Pediátrica - CEOPE, Recife, Pernambuco, Brasil. Dentre as possíveis estratégias utilizadas pela criança para enfrentar o processo da hospitalização, encontra-se o brincar e a leitura, sendo essas práticas próprias de seu momento de vida, nas quais, experimenta, inventa, exercita e confere suas habilidades, além de terem estimuladas a criatividade, a iniciativa e a autoconfiança, ações sempre presentes nos projetos implementados pela equipe interdisciplinar (Pedrosa *et al.*, 2007).

Estudo realizado por Borges, Nascimento, Silva (2008) com atividades lúdicas na visão das crianças e das mães observou-se um expressivo predomínio do lúdico realizado nas residências em comparação com o efetuado no hospital. Houve bem maiores ganhos no lar quanto às atividades motoras (jogar bola, amarelinha) e as de “Faz de conta” (de casinha e de escolinha). Através do brincar, as crianças experimentam sensações de prazer e de felicidade; adquirem conhecimento sobre o mundo; aprendem espontaneamente; desenvolvem a sociabilidade. Os benefícios apontados pelas mães entrevistadas, tais como: ajuda a criança a sentir-se melhor; promoção ao crescimento e desenvolvimento infantil; favorecimento da criatividade; redução da agressividade; aumento do interesse em brincar; diminuição da depressão e ajuda a esquecer da doença.

Em seu trabalho Mussa e Malerbi, (2008) com 15 crianças hospitalizadas numa enfermaria da Santa Casa de São Paulo e seus pais, as crianças tinham idades entre cinco e dez anos, e apresentavam neoplasias malignas, e quatro delas estavam recebendo quimioterapia. Através da prática de contadores de histórias voluntários que visitam as crianças de segunda a quinta-feira, no período entre 19 e 21 horas, desde o ano de 1997. Com a dinâmica de abordar determinada criança e propôr a leitura de livros, uso de jogos e oferecem papel e lápis de cor, sugerindo a pintura de desenhos. Após a visita dos contadores, sete das 15 crianças aumentaram a interação com o seu acompanhante, com outras crianças e/ou com a pesquisadora. Seis participantes, não

houve alteração no padrão de interação, e, em dois casos, houve uma diminuição na interação, após a visita dos contadores. Vale ressaltar que, mesmo aquelas crianças cujos pais relataram que não gostavam de brincar com as outras crianças, passaram a interagir com as outras crianças do próprio quarto ou do quarto ao lado após a visita dos contadores.

Relatos de Motta e Enumo (2002) com 28 crianças, 19 meninos e 9 meninas, com idade entre 6 e 12 anos, média de 9 anos, em tratamento no Serviço de Onco Hematologia de um hospital infantil público, em Vitória/ES, Brasil. Sobre a condição clínica das crianças, 71,4% eram portadoras de leucemia, 64,3% encontravam-se na fase de manutenção do tratamento, verificando-se que 85,7% não haviam apresentado recidivas da doença. Os resultados observados indicaram, ainda, que as pranchas referentes às atividades de recortar, colar e ao cantar e dançar, foram as únicas em que a resposta não se sobressaiu, mesmo que discretamente. Assistir TV e jogar bingo foram as brincadeiras mais escolhidas, atingindo mais de 90% das escolhas. Analisando as escolhas das crianças por tipos de brincadeiras, verificou-se que, em relação aos jogos de exercício, tocar instrumentos foi o mais escolhido, por ser divertido e facilitar a aprendizagem; as escolhas e rejeições para jogar bola não foram justificadas de modo detalhado.

O brincar é uma das formas de liberação de emoções guardadas, os efeitos da atividade lúdica percebidos na criança, atribuem a esta prática, a melhora do estado de humor e ânimo de seus filhos. Essas intervenções psicossociais, como no caso a atividade lúdica, têm como finalidade minimizar a ansiedade, o medo e a angústia, tanto das crianças quanto dos familiares, a melhorar o ânimo, o comportamento, entre outros aspectos, podemos perceber que as mães também relatam uma mudança na auto-estima da criança (Cardoso, Chagas & Costa, 2008).

Pacientes internados no Centro de Tratamento das Crianças com Câncer em Santa Maria- Rio Grande do Sul (Ctcriac) e em condições de participar das atividades, com idades entre 2 a 21 anos de ambos os sexos. As atividades são realizadas às quartas feiras, das 19h30min às 20h30min, na sala de recreação do Ctcriac. O grupo que atua neste projeto é formado por duas acadêmicas do Curso de Educação Física - Licenciatura da UFSM e pela professora orientadora de Educação Física-Licenciatura da mesma instituição. As mães relatam ainda que a atividade lúdica auxilia no

tratamento onde observaram também que seus filhos ficam mais descontraídos durante as tarefas, com os risos soltos, liberando suas emoções e suas fantasias do mundo infantil. Durante a realização das atividades, os participantes são questionados sobre o desenvolvimento, formas, e tipos de atividades que gostariam de efetuar (Nascimento, Corazza & Quadros, 2008).

A pesquisa de CASTRO et al., (2010) no Hospital Universitário Alzira Velano, da Faculdade de Ciências Médicas da UNIFENAS, em Alfenas em que os sujeitos da pesquisa são crianças de ambos os gêneros, que se encontravam internadas na pediatria do Hospital Universitário Alzira Velano. A amostra também contou com 14 sujeitos, que tinham a seguinte ligação com as crianças: pai (n=5), mãe (n=5) e tia (n=4), sendo que estes últimos eram os responsáveis legais pelas crianças. Constatou-se que as atividades lúdicas são positivas para a recuperação do processo saúde doença da criança hospitalizada, visto que 14(100%) dos responsáveis mencionaram melhora no humor dos seus filhos; 13 (93%) tiveram aumento da disposição; 12 (86%) apresentaram-se menos ansiosos; 11 (78%) apresentaram diminuição do choro, 10 (71%) aumentaram o apetite; 10 (71%) mostraram-se menos irritadas; três (21%) aderiram melhor ao tratamento e, conseqüentemente, regressão da doença.

O enfermeiro e a criança com câncer

A pesquisa desenvolvida Mutti e Paula, (2012) no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM/RS) em três unidades: o centro de tratamento à criança e ao adolescente com câncer, a unidade de terapia intensiva pediátrica e o ambulatório de quimioterapia; no período de dezembro de 2010 a março de 2011. Os participantes foram os profissionais das equipes de enfermagem totalizando 15 profissionais de enfermagem. O relato dos profissionais de enfermagem expressa que o cotidiano de cuidado à criança que tem câncer é triste e desgastante. A parte mais difícil é o envolvimento com o sofrimento das crianças e dos pais. É complicada a não aceitação da doença do filho. Assim como as crianças e suas famílias, os profissionais também tivessem apoio psicológico, estes estariam bem preparados e emocionalmente fortes para conseguir trabalhar, uma vez que a criança internada por muito tempo passa a ter um vínculo não só com a unidade que a recebe mais também com o profissional que passa dias a cuida- lá.

Um estudo desenvolvido nas enfermarias de oncologia e hematologia do setor de internação pediátrica de um hospital público federal especializado em oncologia, localizado no município do Rio de Janeiro, onde participaram do estudo 12 enfermeiros. Os quais quando entrevistados sobre realizarem o cuidado à criança portadora de doença oncológica e fora de possibilidade de cura atual, enfatizaram nessa ação de cuidar a necessidade de confortar esta criança diante do seu estado de adoecimento. Nos relatos, os enfermeiros entrevistados expressaram a importância de promover ações para minimizar a dor, avaliando e proporcionando o bem-estar para esta clientela, tentando sempre minimizar o sofrimento, realizando um cuidado individualizado e direcionado para cada criança e não somente preocupando-se, em reduzir a dor (Monteiro, Rodrigues & Pacheco, 2012).

Nas crianças e adolescentes com câncer, a dor pode ser causada pelo próprio tumor (que pode estar afetando tecidos moles, ossos, vísceras, sistema nervoso central ou sistema nervoso periférico, incluindo compressão da medula espinhal), pelo tratamento do mesmo (dor pós-operatória, dermatite induzida pela radioterapia, gastrite por vômitos repetitivos, cefaléia persistente pós-punção lombar, alterações ósseas induzidas por corticóides, neuropatia de origem medicamentosa, infecções, mucosite), pelos procedimentos (punções venosas, punção lombar, biópsia de medula óssea) além de fatores incidentais como traumatismos e dores comuns na infância, além de ser potencializada pelo medo, ansiedade e incerteza no tratamento (Menossi, Lima & Correa, 2008).

Os cuidadores de criança e adolescentes com câncer

Estudo transversal, realizado nos serviços de Oncologia Pediátrica da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, e no Hospital de Câncer de Mato Grosso, o período de coleta de dados correspondeu a novembro de 2007 e maio de 2008 com amostra de (n=160). Em que a idade média dos cuidadores foi de 34,96 anos. Com predominância do gênero feminino (88,7%) e estado civil casado (71,2%). A maioria dos cuidadores dedicava-se, em média, 141,5 horas/semanal aos cuidados com a criança/adolescente, ou seja, permanecia muito mais tempo envolvida com os afazeres do filho doente (Rubira, *et al.*, 2012).

Pesquisa realizada por Beck e Lopes (2007) com os cuidadores de crianças na faixa etária 3 e 10 anos. Foram entrevistados 50 cuidadores, 47 (96%) eram mulheres

e três (4%), homens; sendo 45 mães, três pais e duas avós. As crianças portadoras de câncer apresentavam idade média de 5,9 anos. Quanto ao tempo de diagnóstico, a média foi de 11,2 meses, com mediana de seis meses, sendo o menor tempo um mês e o maior, 48 meses. Apenas oito (16%) tinham o diagnóstico há dois ou mais anos.

Outro estudo realizado na Unidade de Onco-Hematologia do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória (HINSG), no período de 30 de julho a 30 de agosto de 2007. Foram entrevistados familiares de 54 crianças e adolescentes com diagnóstico de câncer há dois meses ou mais, em tratamento em um Hospital Pediátrico de Referência do Espírito Santo no período de estudo. Houve prevalência do sexo feminino entre os acompanhantes, 94,4%; dessas, 87% eram mães; 3,7%, irmãs; e 3,7% eram avós das crianças os restantes, 5,6% eram do sexo masculino (pai). Justificando a prevalência do sexo feminino, e o fato de os pais serem muitas vezes responsáveis pela renda familiar, não podendo se ausentar do seu trabalho para estarem com seus filhos nas consultas e durante a internação (Silva *et al.*, 2009).

O diagnóstico de câncer da criança traz um conjunto de novas responsabilidades e papéis, estar fisicamente próxima do filho para proporcionar conforto e estar vigilante. A mãe procura estar próxima do filho, estabelecendo uma relação de proximidade durante todos os momentos da trajetória da doença, inclusive os de internação (Angelo, Moreira & Rodrigues, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que todo e qualquer ser humano pode causar um impacto no outro, porém muitas vezes esse contato é evitado, por medo, receios, enfim, o que não deveria ser evitado nessa relação profissional versus paciente. A missão do profissional enfermeiro deve ser não somente evitar a morte, mas também melhorar a qualidade de vida daquela pessoa, tornando a sua estadia naquela instituição o mais agradável possível. Quando tratamos o mal podemos ganhar ou perder, tratando o indivíduo em sua integralidade, ganha-se independente do desfecho final. O profissional não deve deixar-se anestesiado diante das diversidades do dia a dia hospitalar, mas deve extasiar ante o milagre da vida, não somente do corpo humano. Deve-se aprender a falar com esses “estranhos conhecidos” que agora então fazem parte do cotidiano seja ele

hospitalar ou ambulatorial, a humanização deve literalmente se fazer presente não somente na teoria, como também deve ser e principalmente na prática. Ser de forma memorável um enfermeiro não só de corpo, mas, além disso, de coração.

Portanto com base nos relatos expostos, podemos concluir que a descoberta dos sinais e sintomas, nos leva a uma detecção precoce do diagnóstico, podendo assim, ter uma redução de óbitos infantil, para tanto o papel da enfermagem é de fundamental importância na promoção do bem-estar, aceitação e diminuição do sofrimento da criança portadora de tal patologia.

PSYCHOLOGICAL STRATEGIES FOR COPING CHILDHOOD CANCER

ABSTRACT Childhood cancer is a complex early detection and treatment are key role in reducing this hazard to child health process. This is a bibliographic study that aimed to demonstrate that playful psychological activities have an influential character in improving the health and disease status of hospitalized children with cancer either malignant or benign. For data collection, the method of literature review by indexed in the databases of the Virtual Health Library (VHL) articles was used. The publications analyzed indicate that hospitalization may mostly affect the child psychologically and emotionally interfering white life quality. However, to deal with this situation of playing has worked as a coping strategy. Play activities in the hospital with hospitalized children with cancer proved to be suitable adjustment of the hospitalized child resource, allowing improvements in physical and emotional well being.

KEY WORDS: Pediatric cancer, Nursing, Lúdicas Activities.

REFERÊNCIAS

Angelo, M., Moreira, P. L. e Rodrigues, L. M. A., (2010). Incertezas Diante do Câncer infantil: compreendendo como Necessidades da Mãe. Esc. Anna Nery [online]. 2010, vol.14, n.2, pp 301-308. ISSN 1414-8145. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452010000200013>.

Beck, A. R. M. & Lopes, M. H. B. de M., (2007). Tensão devido ao papel de cuidador entre cuidadores de crianças com câncer. Rev. bras. enferm. [online]. vol.60, n.5, pp. 513-518. ISSN 0034-7167. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672007000500006>.

Beltrão, M. R. L. R., Vasconcelos, M. G. L.; Pontes, C. M., Albuquerque, M. C., (2007). Câncer infantil: Percepções maternas e estratégias de enfrentamento frente ao diagnóstico. *J. Pediatr. (Rio Janeiro)* vol.83, n.6, pp. 562-566.

Borges, E. P., Nascimento, M. do D. S. B., Silva, S. M. M. da. Benefícios das atividades lúdicas na recuperação de crianças com câncer. *Boletim Academia Paulista de Psicologia - Ano XXVIII, nº 02/08: 211-221*

Brasil. Instituto Nacional de Câncer (2011). Diagnóstico precoce do câncer na criança e no adolescente / Instituto Nacional de Câncer, Instituto Ronald McDonald. – 2. ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro: Inca.

Cardoso, F. T. (2007). Câncer infantil: aspectos emocionais e atuação do psicólogo. *Rev. SBPH[online]. vol.10, n.1, pp. 25-52. ISSN 1516-0858.*

Cardoso, W. M. G., Chagas, W. E. C., Costa T. N. A. (2008). A percepção das mães acompanhantes das crianças com câncer atendidas na casa da criança sobre a atividade lúdica. Centro de Ciências da Saúde/Departamento de Enfermagem Pública e Psiquiatria/Outros. Disponível em: www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/xenex/ANAIS/Area6/6CCSDESPPOUT01.pdf Acesso em: 25.out.2013.

Castro, D. P., Andrade C. U. B., Luiz E., Mendes, M., Barbosa, D., Santos, D., Santos, L. H. L. (2010). Brincar como instrumento terapêutico. *Pediatria (São Paulo)* .32(4):246-54.

Dahlquist, L. M., Weiss, K. E., Clendaniel, L. D., Law, E. F., Ackerman, C. S., & McKenna, K. D. (2007). Effects of videogame distraction using a virtual reality type head-mounted display helmet on cold pressor pain in children. *Journal of Pediatric Psychology*, 34, 574-584.

Magro, K., Cardoso, M., França, L., Neto, R. G., Silva, M. E. M., Rosa, G. J. da, Schivinski, C. I. S. Terapia por exercício no decurso do tratamento oncológico. *Pediatria Moderna Dez, 12v 8 N 12.*

Lopes, LF; Camargo, B. de e Bianchi, A. De (2000). Os efeitos tardios fazer e Tratamento do Câncer Infantil. *Rev. Assoc. Med. Chem. Bras. [online], vol.46, n.3, pp 277-284. ISSN 0104-4230. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-42302000000300014>.*

Menossi, M. J., LIMA, R: A. G. de e Correa, A. K. (2008). Pain and the challenge of interdisciplinarity in child care. *Rev. Latino-Am. Enfermagem [online], vol.16, n.3, pp. 489-494. ISSN 0104-1169. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692008000300025>.*

Monteiro, A. C. M., Rodrigues, B. M. R. D., Pacheco, S. T. de A. (2012). O enfermeiro e o cuidar da criança com câncer sem possibilidade de cura atual. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm. [impresso], out -dez; 16 (4):741-746.*

Mussa, C. e Malerbi, F. E. K. (2008). O impacto da atividade lúdica sobre o bem-estar de crianças hospitalizadas. *Psicologia teoria. prática.* [online], vol.10, n.2, pp. 83-93. ISSN 1516-3687.

Motta, A. B., e Enumo, S. R. F. (2002). Brincar no hospital: câncer infantil e avaliação do enfrentamento da hospitalização. *Psicologia, Saúde & Doenças.*, 3 (1), 23-41

Mutti, C. F., Padoin, S. M. de M. e Paula, C. C.(2012). Espacialidade do ser-profissional-de-enfermagem no mundo do cuidado à criança que tem câncer. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm.* [online], vol.16, n.3, pp. 493-499. ISSN 1414-8145.

Nascimento, L. C., Rocha, S. M. M., Hayes, V. H. e Lima, R. A. G. de.(2005). Crianças com câncer e suas famílias. *Rev. esc. enferm.USP* [online], vol.39, n.4, pp 469-474. ISSN 0080-6234. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342005000400014>. Acesso em: 28.set.2013.

Nascimento, T. B. do., Corazza, S. T., Quadros, R. B. de (2008). Atividades lúdicas com crianças hospitalizadas com câncer. Disponível em: <http://portal.ufsm.br/jai2010/anais/trabalhos/trabalho_1041249160.htm> Acesso em: 30.set.2013.

Pedrosa, A. M. Monteiro, H; Lins, K., Pedrosa, F., Melo, C.(2007) Diversão em movimento: um projeto lúdico para crianças hospitalizadas no Serviço de Oncologia Pediátrica do Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira, IMIP. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.* [online]. vol.7, n.1, pp. 99-106. ISSN 1519-3829. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292007000100012>. Acesso em: 28 set.2013.

Rodrigues, K. E., e Camargo, B. de. (2003). Diagnóstico precoce do câncer infantil: responsabilidade de todos. *Rev. Assoc. Med. Bras.* vol.49, n.1, pp. 29-34.

Rossit, R., Kovacs, ACTB, (1998). Intervenção essencial de terapia ocupacional em enfermaria pediátrica. *Caderno Terapia Ocupacional UFSCar*, 7: 58-67.

Rubira, E. A., Marcon, S.R., Belasco, A.G S., Gaíva, M.A.M., Espinosa, M.M. (2012). Sobrecarga e Qualidade de Vida de cuidadores de Criança e Adolescentes com Câncer nos Tratamento quimioterápico. *Acta paul. enferm.* [online], vol.25, n.4, pp 567-573. pub 31 de julho de 2012. ISSN 0103-2100. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002012005000020>.> Acesso em: 30.set.2013.

Santos, L.F., Marinho, K.C., Oliveira, R.R., Siqueira, K.M, OliveirA, L.M.A.C., Peixoto, M.K.A.V., SALGE, A.K.M. (2011). Ser mãe de criança com câncer: uma investigação fenomenológica. *Rev. enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, out/dez, 19(4):626-31.

Silva, J.K.O., Filho, D. C. M., Mahayri, N., Ferraz, R.O., Friestino, F.S.(2012). Câncer Infantil: Monitoramento da Informação através dos Registros de Câncer de Base Populacional. Revista Brasileira de Cancerologia, 58(4): 681-686.

Silva, F.A.C., Andrade, P.R; Barbosa, T.R., Hoffmann, M.V., Macedo, C.R. (2009). Representação do processo de adoecimento de crianças e adolescentes oncológicos junto aos familiares. Esc. Anna Nery Rev. Enferm., abr-jun; 13 (2): 334-41.

TRABALHO E ESCOLA NO COTIDIANO DE CRIANÇAS DO MEIO RURAL: REFLEXÕES BREVES.

Aline Lopes Araújo

Graduanda de Pedagogia - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Joel Dias da Fonseca

Mestrando em Educação-Universidade Federal do Pará(UFPA)

Layane Queiroz Ramos Lira

Graduanda de Pedagogia -Universidade Federal do Pará(UFPA)

Renilton Cruz

Doutor em Educação -Universidade Federal do Pará (UFPA)

renilton@ufpa.br

O artigo em questão é resultado de uma revisão bibliográfica, a qual busca discutir o mundo do trabalho e sua relação com a educação do campo. Neste sentido propomos um diálogo entre trabalho e educação com um olhar voltado para as crianças camponesas, aprofundado sobre a participação das mesmas no trabalho da unidade familiar. Ao discutir a relação entre trabalho e educação, temos como objetivo mostrar a perspectiva do trabalho como princípio educativo, no processo de formação humana em sua construção social, moral e intelectual e identificando a intencionalidade do trabalho das crianças no espaço rural, levando em considerações o seu processo ontológico.

Palavras-chave: Formação humana. Trabalho como principio educativo. Educação do Campo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como propósito refletir sobre a relação entre a participação no trabalho da unidade familiar camponesa e educação escolar das crianças que vivem no meio rural. O desejo de investigar essa relação surge das experiências realizadas pelos autores no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID), subprojeto de Pedagogia, desenvolvido pela Faculdade de Pedagogia do Campus de Castanhal da Universidade Federal do Pará. Voltado às escolas do meio rural, este subprojeto tem como principal objetivo aproximar os estudantes das questões educativas que condicionam a materialização do direito à educação dos sujeitos que vivem naquele contexto.

Sem negar as consequências negativas do exercício do trabalho realizado por crianças em condições degradantes ou concorrentes com o lazer ou o estudo, práticas ainda existentes tanto no meio rural como no urbano e que devem ser

continuamente combatidas, este artigo procura jogar luz sobre o trabalho como categoria ontológica, elemento central para o processo de sociabilidade humana, cuja ação carrega um princípio educativo. Nessa perspectiva, trabalho não se reduz a emprego ou à atividade remunerada e não se limita ao âmbito produtivo, mas, ao contrário, se alarga por todas as ações humanas ligadas à satisfação de suas necessidades biológicas ou culturais.

Estudar e trabalhar, nessa perspectiva, mesmo na infância, não são atividades incompatíveis, antes são ações que se complementam no processo de formação humana, possibilitando aos sujeitos uma compreensão mais profunda do mundo físico e social e uma atuação mais consciente na conquista da cidadania. O trabalho, visto desse ângulo, pode ser conteúdo e método de ensino, aproximando o sujeito que aprende do objeto a ser apreendido, contextualizando o conhecimento e tornando visível a indissociabilidade entre teoria e prática.

TRABALHO E INFÂNCIA: DA EXCLUSÃO DA CRIANÇA DA PRODUÇÃO À SUA EXPLORAÇÃO PELO CONSUMO

As estatísticas oficiais¹ brasileiras ainda trazem números robustos quando o assunto é a exploração do trabalho infantil. Tais números colocam em relevo o uso intensivo da força de trabalho de crianças para amenizar a extrema pobreza de muitas famílias residentes na cidade e no campo, mas também para fomentar lucros de empresas capitalistas de todos os tamanhos, fato que cobra ações firmes, preventivas e repressivas, por parte das instituições do Estado ligadas à proteção das crianças, e o olhar crítico de estudiosos da infância dos diversos campos de investigação.

As necessárias e urgentes ações de combate à exploração do trabalho infantil têm, de algum modo, exacerbado uma compreensão de trabalho apenas como mercadoria, como ação desenvolvida em troca de pagamento em dinheiro, de “proteção”, de comida. Embora alguns documentos e campanhas publicitárias mencionem que nem todas as atividades produtivas ou voltadas à reprodução social desenvolvidas por crianças são consideradas exploração do trabalho infantil, parece haver no imaginário coletivo, aí incluído amplos setores da academia, a percepção

¹Os números do trabalho infantil no Brasil continuam elevados: de acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 506,4 mil crianças em situação de trabalho infantil (entre 5 a 13 anos de idade) ainda eram vítimas de exploração em 2013.64,2% delas executavam atividades agrícolas. (IBGE, 2013).

reducionista do trabalho, sempre vinculando-o a degradação do desenvolvimento das crianças. Esta compreensão empobrecida da categoria trabalho coloca na sombra sua dimensão humanizante, sua relação umbilical com o processo educativo.

Organizado a partir de uma revisão bibliográfica, este texto, mesmo que de forma panorâmica, abordará a relação entre trabalho e formação, na família e na escola, objetivando mostrar a perspectiva do trabalho como princípio educativo no processo de formação humana em sua construção social, moral e intelectual. Para tanto, trataremos o trabalho como elemento ontológico cujo princípio educativo está na base da humanização dos seres humanos. Na sequência, voltaremos o olhar às intencionalidades do incentivo ao trabalho das crianças no espaço rural e sua relação com a educação formal, levando em considerações aos fatores historicamente e ideológicos a ele ligados.

DA APRENDIZAGEM NO TRABALHO SEM ESCOLA À APRENDIZAGEM NA ESCOLA SEM TRABALHO

Não são todas as crianças que ao se relacionarem com o trabalho o fazem submetidas à degradação, à limitação do gozo da infância ou como imperativo de sobrevivência. Da mesma forma, a compreensão do trabalho não se limita à sua concepção burguesa, que assenta-se na criação de valor de troca. Antes de ser reduzido a emprego, à atividade assalariada, à degradação e a fardo, o trabalho pode ser percebido em sua natureza humanizante, como ação pela qual os seres humanos se criam enquanto espécie, produzem, transmitem e transformam sua cultura em estreita relação com a natureza.

Numa perspectiva marxista, o ser humano é resultado de sua própria ação histórica, e, por isso, é sempre inacabado. Sua construção vincula-se diretamente à relação travada com a natureza, na qual modifica o ambiente natural intencionando satisfazer as suas necessidades vitais. Essa transformação ocorre através do trabalho que, conseqüentemente, o destaca dos demais seres naturais, ou seja, pelo trabalho “o ser do homem responde à necessidade ontológica fundamental de existência como ente objetivo, real, corpóreo” (Macário, 2001, p.02).

Para Marx o trabalho constrói o ser humano colocando “em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana” (1982, p.202).

Entretanto, a ação sobre o meio natural favorece também a transformação de sua própria natureza, de modos que pelo trabalho o ser humano desperta tanto as forças físico-biológicas quanto a força da consciência (Macário, 2001). Ao alterar o meio natural a fim de garantir sua sobrevivência, o ser humano passa a compreender cada vez mais a si, o grupo em que vive e ao mundo que o rodeia. Portanto, ao ser evidente que o ser humano só é pelo trabalho, este se transforma em “uma categoria ontológica e econômica fundamental” (Frigotto, 1999, p.31).

Essa extensa caminhada que, através do trabalho, conduz o ser humano a um “dobrar-se sobre si mesmo”, favorecendo o controle dos seus instintos e de finalidades aos seus atos, é, essencialmente, um processo educativo visto de forma genérica (Macário, 2001). Para Lukács (1979) o trabalho enquanto princípio educativo é a categoria fundante da humanização do ser humano e do aprimoramento de suas capacidades. Tal processo não deve perder de vista o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo período, como o único campo desse desenvolvimento. O trabalho, portanto, carrega consigo um princípio educativo, evidenciado no momento em que o ser humano desenvolve a habilidade de objetivação das coisas da natureza, dos outros com os quais convive e dele próprio, quando transformado em objeto do seu próprio olhar. Mas, lentamente, o ato educativo complexifica e se intrinca no tecido social, tornando-se ele próprio “um tipo específico de objetivação humana” (Macário, 2001, p. 11).

Nesse sentido, Mészáros assevera: “diga-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação” (2005, p. 17). Tal afirmação reforça a ideia de que o trabalho é compreendido como a categoria fundante do ser social, constitui-se no modelo de toda práxis social, não podendo se compreendido de modo independente da sua totalidade dialética.

O trabalho, enquanto princípio educativo está assentado na ideia de que os seres humanos têm a necessidade de criar condições de subsistência, e por esse motivo é necessário transmitir para as gerações futuras que o papel de assegurar a própria subsistência, por meio do trabalho, é uma tarefa comum a todos os seres humanos. É na transmissão desta ideia que encontramos o princípio educativo.

Compreende-se o trabalho, portanto, como uma ação educativa que livra o ser humano das amarras estritamente naturais, o que o identifica com a liberdade. Porém, a partir do estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção

inaugura-se a divisão de classe social e o trabalho, principal referência da humanização, passa também identificar-se com a dominação. O ser humano não-proprietário, na sociedade de classe, experimenta a dominação através do trabalho.

Desde o capitalismo, a sociedade tem alargado essa dimensão ambivalente do trabalho, que de uma condição necessariamente humanizante e, por isso, educativa, também se transforma numa atividade desumanizante e, conseqüentemente, embrutecedora, visando satisfazer o capital na busca por sua contínua valorização, impossibilitando a sua afirmação apenas como princípio educativo (Ciavatta, 2009).

Em seus primórdios os humanos experimentavam a educação de maneira genérica e com foco na produção da sobrevivência física. Porém, com a complexificação das relações sociais e capacidades produtivas que originarão a sociedade de classes, o afastamento entre o trabalho e a educação será cada vez nítido (Ponce, 1979). A escola nascerá voltada aqueles que não necessitam trabalhar para sobreviver, portanto, como uma instituição do não-trabalho, destinada à elite ociosa (Saviani, 2007).

Com o advento do Capitalismo, entretanto, o trabalho e a educação escolar estabelecem uma estreita relação, pois o processo produtivo e a vida urbanizada carecem de uma formação mais sistemática e voltada à produção. Se antes o trabalhador aprendia na experiência cotidiana do trabalho, sem o apoio de uma instituição específica, agora ele socorrer-se da escola a procurados conhecimentos necessários ao enfrentamento do mundo do trabalho e das práticas sociais.

Desde o avanço da escola de massa, as classes dirigentes sempre pensaram a educação dos trabalhadores com a finalidade de “habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho” (Frigotto, 1999, p.26), subordinando, assim, a função social da educação às demandas impostas pelo capital. Todavia, argumenta Frigotto, a classe trabalhadora percebe a educação de forma mais ampla e complexa, não só como desenvolvimento de diversas potencialidades técnicas, mas acima de tudo como apropriação do saber socialmente construído, que lhe possibilita a defesa de seus interesses mais diretos.

Nesse sentido, os movimentos sociais que organizam os trabalhadores do campo no Brasil têm construído e demandado do Estado uma escola identificada com os interesses dos sujeitos do meio rural onde o trabalho se destaca como um dos mais importantes princípios pedagógicos, uma vez que:

O trabalho forma/produz o ser humano. A Educação do Campo precisa recuperar toda uma tradição pedagógica de valorização do trabalho como princípio educativo, de compreensão do vínculo entre educação e produção e de discussão sobre as diferentes dimensões e métodos de formação do trabalhador, de educação profissional, cotejando todo este acúmulo de teorias e de práticas com a experiência específica de trabalho e de educação dos camponeses. (Molina, 2004, p.20)

Negar ou obscurecer a potencialidade pedagógica do trabalho, em casa ou na escola, em nome do necessário enfrentamento da exploração e do abuso no e pelo trabalho a que muitas crianças e adolescentes são submetidas, sem colocar em relevo as causas econômicas e sociais desse problema, pouco contribui para uma educação capaz de potencializar o sujeito a compreender e problematizar o ambiente e as relações produtivas e culturais nas quais encontra-se imerso. Da mesma forma, desconsidera que contemporaneamente a burguesia, de forma sônica, defende a retirada das crianças do campo da produção, ao mesmo tempo em que auferir lucros exorbitantes introduzindo-a no campo do consumo. Ao capitalismo interessa que a criança seja um agente econômico que, de uma forma ou de outra, proporcione o lucro necessário à reprodução do capital.

O TRABALHO E A ESCOLA NO MEIO RURAL.

Elemento estruturador das relações sociais e produtivas das diversas sociedades, o trabalho faz parte da vida das crianças nas mais variadas culturas desde as origens da humanidade (Ponce, 1979). Entretanto, é na sequência da Revolução Industrial que as crianças são integradas à vida produtiva de forma mais intensa (Sarmiento, 2005) e desvinculada dos objetivos pedagógicos predominantes anteriormente. Huberman (1986) aponta vários relatos que evidenciam como as crianças participavam, em extensas jornadas, da produção industrial. O trabalho infantil não foi inventado pela industrialização capitalista, mas antes “as crianças trabalhavam em casa, sob a direção dos pais, com horários e condições por estes determinados”, enquanto nos primórdios do capitalismo industrial elas “trabalhavam em fábricas, sob a direção de um supervisor cujo emprego dependia da produção que pudesse arrancar de seus pequenos corpos, com horários e condições estabelecidos pelo dono da fábrica, ansioso de lucros” (Huberman, 1986, p. 194).

O envolvimento das crianças na produção industrial só será questionada de maneira mais séria nos anos seguintes a crise do capitalismo inaugurada em 1929, devido a necessidades de regular a excedente força de trabalho e ao surgimento de

protestos de setores mais progressistas das sociedades dos países centrais, condenando a participação de crianças na produção econômica (Sarmiento, 2005). Há nesse momento uma “exclusão simbólica” da criança da economia, revestindo-se a infância da natureza da “idade do não-trabalho” (Sarmiento, 2005, p.24). Porém, como no passado, também hoje a infância não pode ser percebida como “a idade do não-trabalho”, uma vez que “todas as crianças trabalham, nas múltiplas tarefas que preenchem os seus quotidianos, na escola, no espaço doméstico e, para muitas, também nos campos, nas oficinas ou na rua” (Sarmiento, 2005, p.25). Desta perspectiva, parece reducionista a ideia que propugna o distanciamento das crianças de qualquer tipo de trabalho, na crença de que este é incompatível com o direito daquelas a experimentar em a infância em toda a sua plenitude (Arenhart, 2006).

As crianças trabalham no momento em que desenvolvem uma atividade social que, conseqüentemente, estará na base de sua humanização, ou seja, por serem humanas, as crianças produzem a sua cultura trabalhando (Sarmiento, Bandeira & Dores, 2000). Desse ângulo, compreende-se o trabalho como uma atividade mais ampla e complexa e não apenas como um recurso voltado a garantir a acumulação de riqueza. Devido a concepção burguesa de trabalho encontrar-se arraigada no imaginário coletivo, as ações que as crianças realizam em casa ou na escola, por exemplo, por não serem remuneradas e/ou socialmente vistas como útil, deixam de ser identificadas como trabalho, contribuindo para a permanência das crianças que as realizam na nível da minoridade. Nesse sentido, os autores acreditam “que o não reconhecimento da generalidade das atividades das crianças como trabalho é um efeito de poder, e reflete o desapossamento em que a infância está colocada na sociedade contemporânea” (Sarmiento, Bandeira & Dores, 2000, p.41).

Na unidade produtiva familiar camponesa, mesmo que, eventual ou sistematicamente, a produção seja direcionada ao mercado, o trabalho identifica-se principalmente com a criação de valor de uso, pois boa parte das atividades realizadas pela família volta-se à produção e à transformação de objetos úteis à sobrevivência do grupo. O trabalho voltado à produção de valor de troca, entretanto, não é visto como “força de trabalho”, da mesma forma que verifica-se na indústria, uma vez que o trabalho não acontece assentado na separação entre o produtor e o controle dos meios de produção. Por isso, o trabalho camponês não deve ser observado apenas nos marcos da produção de mercadorias, pois ele compõe um amplo processo de relações sociais que,

quase sempre, são orientadas “na busca de autonomia e na reprodução social pelos vínculos familiares e comunitários”, fato que o distancia da demarcação essencialmente acumulativa verificada nas relações de trabalho caras ao sistema capitalista (Gonçalves & Fabrini, 2009).

Martins (2005, p.3) destaca que o discurso realizado pela classe média e pela elite econômica combatendo o trabalho infantil, quase sempre, se estrutura a volta da ideia do trabalho “apenas sofrimento e privação”, conseqüentemente, contestando “sua importância e até sua beleza”. Diferentemente, o autor defende que o trabalho, principalmente no meio rural, garante uma interação mais intensa entre pais e filhos, uma vez que comumente os reúne para a execução de diversas funções de uma mesma atividade, colocando em relevo que essa é a principal “forma como se educa e protege a criança no campo”.

Entretanto, diante da relação subordinada ao agronegócio há um abalo nesse processo protetivo e educativo, uma vez que “o trabalho se converte em trabalho assalariado, precário e ocasional, exigindo que se mobilize toda a família em funções estritamente econômicas para assegurar o sustento de todos”. Nesse cenário, a convivência “já não educa, a família já não é uma escola”, pois no trabalho assalariado, geralmente precário e com baixa remuneração, ou no trabalho dependente de relações subordinadas à agroindústria, os pais são obrigados a lançarem mão do trabalho mais intenso dos filhos para formar a remuneração que garanta a reprodução da família, levando a criança a “pagar o preço da exploração que o capital cobra de quem trabalha” (Martins, 2005, p.4).

De qualquer forma, sendo uma unidade produtiva familiar, o trabalho, em maior ou menor intensidade, é de responsabilidade de todos. Algumas crianças e adolescentes, entretanto, não gostam de realizar as atividades, mas procuram não contrariar seus pais, pois sabem que sua contribuição é necessária para garantir a produção agrícola. Outras sentem prazer e satisfação quando ajudam seus pais, ter “o seu trabalho e esforço reconhecido pelos pais é um aspecto estimulante para as crianças se sentirem amadas e seguras” (Pinto, 2003. p.54).

Outra motivação para o trabalho esta associada ao lúdico. Não são raras as situações em que as crianças transformam a atividade em um caráter lúdico. Embora a vivência lúdica não seja igual para todas as crianças, devido as diferentes faixas etárias, em certos momentos, na companhia de outras crianças o trabalho assumi papel de jogos

e brincadeiras, e “aliado ao jogo, o trabalho torna-se excitante, por isso, trabalhar é algo desejável pelas crianças” (Pinto, 2003. P.111). Segundo Pinto (1998) são as crianças de idade menor que apresentam o sentido lúdico do trabalho, já que possuem atividades mais fáceis de realizar. A motivação das crianças no trabalho não está necessariamente ligada à produção, mas nas experiências e sensações proporcionadas pelo trabalho.

Proporcionar aos filhos uma educação baseada no trabalho configura-se como uma condição absolutamente necessária para que eles se tornem adultos honestos, íntegros e responsáveis, portanto acredita-se na funcionalidade do trabalho manual configurado pela família camponesa, sob a condição de trabalho como princípio educativo, pois não é a educação postada pela escola como princípios intelectuais, mais como valores de construção morais aos homens (Pinto,1998).

As famílias camponesas utilizam o trabalho como método educativo, assim, “dar aos filhos uma educação baseada no trabalho, logo desde pequenos, configura-se uma condição necessária para se controlar a sua energia e liberdade” (Pinto, 2003. p.83), desde modo seus filhos trabalhando evita a permanência na rua, onde estão vulneráveis ao uso de drogas e à criminalidade. Os adultos percebem a importância de outras atividades na vida das crianças, mas a ocorrência da “ajuda” infantil continua presente na estrutura de trabalho da agricultura familiar, devido “as difíceis condições de produção, a falta de mão-de-obra e a falta de outros meios para fazerem face as exiguidades da sua agricultura” (Pinto, 2003, p.33).

Conforme Marin (2004) para os pais, há distinção entre o trabalho como ajuda e o trabalho de exploração. O trabalho como ajuda envolveria tarefas acompanhadas pelos adultos, nas quais as crianças teriam condições de realizá-las sem o comprometimento de seu desenvolvimento. E o trabalho de exploração, as mesmas teriam de desempenhar tarefas que ultrapassam suas capacidades físicas, sem a proteção alguma.

O trabalho passa a ser por natureza algo necessário e imprescindível na socialização da criança. A socialização dos filhos dos camponeses, passa pela aprendizagem e pela prática de tarefas da família, onde aprendem a fazer, elas mesmas, as atividades laborais. Essa prática não deveria ser encarada como trabalho infantil, mas como meio de socialização. Assim, o trabalho constitui-se um dos mais significativos meios de socialização das crianças camponesas, a sua interação com os adultos, havendo assim uma troca de experiências com base no respeito às diferenças, o que é

algo que vem se perdendo na convivência contemporânea que não as proporciona. Com essas experiências dos adultos as crianças aprendem as habilidades de diferentes trabalhos, bem como compreender suas origens culturais, étnicas e de classe.

Através da participação no trabalho as crianças conseguem dominar importantes saberes que são adquiridos a partir do envolvimento nas atividades laborais, o que segundo Pinto (1998), são os conhecimentos obtidos por meio do trabalho agrícola que ajudam a melhorar a compreensão do estudo dos seres vivos e as questões acerca da natureza. Desse modo, elas fazem interagir as experiências laborais com sua aprendizagem escolar.

Apesar da participação das crianças no trabalho, para muitos dos pais, não significa que irão dar continuidade a atividade, na verdade é encarado como um recurso em que preencha uma necessidade e não uma fonte de para futuro profissional. Essas aprendizagens laborais são vistas como indispensáveis apenas enquanto se reúnem as condições para que possam deixar a agricultura, os pais estão dispostos a mobilizar todos os meios para que seus filhos almejem um futuro fora da agricultura, na expectativa de uma vida melhor. Por isso acham tão necessário o ingresso dos seus filhos na escola, onde poderão escrever um futuro diferente do seu.

As escolas rurais seguem o modelo curricular urbano, assumem uma visão proximal a legislação, em que ver trabalho como algo negativo ao desenvolvimento da criança, principalmente quanto pode afetar o desempenho escolar. Pela necessidade do ingresso ao trabalho, as crianças em certo momento se distanciam da escola, devido o cansaço não conseguem acompanhar as aulas, chegando atrasado ou até mesmo dormindo durante as aulas, levando a um insucesso escolar. Em muitas vezes observa-se o trabalho sendo criminalizado pelas escolas, sendo de base capitalista refletindo a criança a reprodução de alienação.

Estudar é um “serviço” é um ofício do aluno? O que é a escola se não um trabalho? Assim como o trabalho, o ofício do aluno se constrói no sentido da definição de tarefas, apesar de não ser remunerado, não é menos rotineiro que muitos empregos assalariados. A escola exige que as crianças dediquem metade do seu dia estudando, horas de concentração e dedicação em atividades muitas vezes exaustivas, e que se prolongam para casa, retirando o tempo que seria reservado para as brincadeiras. Exercer um ofício é uma forma de ser reconhecido pela sociedade, e os alunos à sua maneira, “exercem um ofício, pois obedecem a gestos profissionais e as regras de arte,

assimilar os critérios do conformismo e de excelência, acostumar-se ao *stress*, a fadiga, as tensões” (Perrenoud,1995, p.139). O ofício do aluno faz com que tenham horários a cumprir, a serem supervisionados, orientados e avaliados, “idealmente o ofício do aluno consiste em aprender [...]” (Perrenoud, 1995, p.16).

Em muitas vezes as atribuições da escola referente a pratica escolar relacionam-se a uma atividade de aprendizado de matrizes urbanizadas já estabelecidas, com o contexto de uma sociedade capitalista, funcionando como um dever disciplinador as crianças que em muitas vezes alienantes. Tal fator distancia as crianças do meio rural, devido a sala de aula que acaba tornando-se algo sem utilidade nenhuma a realidade a atividade cotidiana da criança do meio rural.

Por isso, acredita-se que o grande resultado da evasão escolar, se dá também pelo fato desde o avanço do capitalismo, que claramente a uma separação do que é trabalho manual e do intelectual. Sendo assim a escola não tem importância significativa aos sujeitos do campo ter conhecimentos úteis voltados a sua realidade, e ter conhecimento de saber ler e a escrever estão distantes a vida da família rural.

Os movimentos sociais que congregam os trabalhadores do campo têm insistido na dimensão pedagógica do trabalho quando este é realizado pelas crianças sob a supervisão dos pais no ambiente familiar, ou sob a orientação de educadores na escola. Na concepção de educação do MST, por exemplo, o trabalho seria a base do conteúdo e elemento estruturador do método pedagógico, de modos que realizado de forma cooperada em casa e na roça junto aos pais e, eventualmente, dos vizinhos, ou ainda na escola ao lado educadores e vinculado ao saber acadêmico, o trabalho surge como uma importante ferramenta a serviço do desenvolvimento social e econômico das famílias e comunidade, assim como o crescimento intelectual dos indivíduos (Arenhart, 2006).

As escolas ligadas aos movimentos sociais do campo compreendem o trabalho como algo importante na realidade do sujeito. Utilizando a Pedagogia da Alternância na formação dos alunos na perspectiva de atender as suas necessidades entre escola e trabalho, propiciando acesso um ensino voltado a sua realidade. A implantação de propostas pedagógicas como essas, contribui significativamente para a diminuição da evasão escolar e o envolvimento com o conhecimento da agricultura familiar.

É importante perceber o trabalho como condição também constrói as experiências no processo de humanização. Entretanto, a incompatibilidade entre

infância e trabalho deve ser debatida e desmitificada. O trabalho em si não é negativo, nem danoso à condição da criança e adolescente, tudo dependerá das condições em que se trabalha. O que precisa ser erradicado são as formas de precariedade no trabalho, sendo assim, é relevante que as crianças desfrutem de sua infância, pois isso é um direito protegido pela legislação brasileira. (Arenhart, 2006).

É com essa compreensão do trabalho como atividade realizada no interior da unidade familiar ou em outro ambiente social como a escola, não exclusivamente voltado à produção de excedente para o mercado, envolto de um sentido também pedagógico e humanizante, de forma não-capitalista, portanto, que pensamos que questão do trabalho na infância também deve ser discutido no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho continua sendo um valor aparece centralmente estabelecido na cultura camponesa, base da produção e da reprodução do agregado familiar. Ao mesmo tempo em que é o motor da economia camponesa, o trabalho serve de conteúdo e de método para as aprendizagens que dão forma a sua cultura. Por isso ele é desenvolvido a partir do envolvimento de todos os membros do grupo, de acordo com as possibilidades de cada um, sempre envolto de um caráter pedagógico espontaneamente construído. Os mais novos, quando não forçados a executá-lo por longas jornadas, na família ou por conta de outrem, podem experimentar os muitos saberes que o trabalho proporciona. Saberes que nem sempre a escola enxerga, e quando enxerga quase nunca valoriza, num gesto de um quase desprezo à cultura fabricada no campo. Um saber moldado na oralidade, na convivência estreita entre pais e filhos, que diante do poder uniformizador da cultura letrada privilegiada pela escola, tende a ser considerado um não-saber.

Mesmo assim, cada vez mais as famílias camponesas têm mandado seus filhos à escola. E isso parece ocorrer por força da obrigatoriedade legal, mas muito também por acreditar na escolaridade como um trabalho, no qual os mais novos devem se dedicar hoje para que, mais tarde, possam ter alargadas as suas possibilidades profissionais e pessoais, muito embora isso possa significar, graças ao desenraizamento da escola da cultura local, um possível desligamento do modo de vida camponês.

WORK AND SCHOOL CHILDREN IN DAILY LIFE OF RURAL AREAS: REFLECTIONS IN BRIEF

ABSTRACT The article in question is the result of a literature review, which discusses the world of work and its relation to the education field. In this sense we propose a dialogue between work and education with an eye toward the peasant children, in-depth about their involvement in the work of the family unit. When discussing the relationship between work and education, we aim to show the prospect of work as an educational principle in the process of human development in its social construction, moral, intellectual and identifying the intentionality of child labor in rural areas, taking into the consideration its ontological process

Keywords: Human formation. I work as an educational principle. Rural Education.

REFERÊNCIAS

Arenhart, D. (2006). Infância e Trabalho: refletindo essa relação a partir dos indicativos das crianças e do MST. *Revista Linhas*, 7(2).

Ciavatta, M. (2009). *Mediação histórica de trabalho e educação: gênese e disputa na formação dos trabalhadores*. Ed. Lamparina, Rio de Janeiro.

Frigotto, G. (1984). *A Produtividade da escola improdutiva*. SP: Cortez.

Gonçalves, L. D.& Fabrini, J. E. (2009). *A compreensão de campesinato pelo trabalho o caso dos assentados de ramilândia/Brasil*. In: Anais do 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, Montevideo. Recuperado em 13 de julho de 2009 de http://egal2009.easyplanners.info/area06/6075_Daneluz_Goncalves_Leandro.pdf

Huberman, Leo. (1986). *História da riqueza do homem*. 21ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

IBGE. *Trabalho Infantil (entre 5 a 13 anos de idade)*. Recuperado em 13 de maio de 2016 de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default.shtm>.

- Lukács, G. (1979) *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas.
- Macário, E. (2001). *Determinações Ontológicas da Educação: Uma Leitura à Luz da Categoria Trabalho*. Recuperado em 22 de maio de 2014 de <http://www.anped.org.br/24/T0956971638795.DOC>.
- Machado, C (2010) . *Educação do campo: A cultura e o trabalho no contexto escolar*.
- Marin, J. O. B; (2004 junho). O trabalho infantil na agricultura moderna. *Revista da UFG*, 7 (01). Recuperado 05 de agosto de 2014 de http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/K16_infantil.html
- Marin, J.O.B. (2005). *Crianças do trabalho*. Brasília, Editora: UFG.
- Martins, J.S. (2005 junho). Educação rural e o desenraizamento do educador (entrevista). *Revista Espaço Acadêmico*, (49). Recuperado em 12 de dezembro de 2008 de <http://www.espacoacademico.com.br/049/49cmartins.htm>.
- Marx, K. (1978). Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos. Col. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, K. (1985). Crítica do Programa de Gotha. In: Marx, K. & Engels, F. *Obras escolhidas*. Trad. José Barata-Moura. Lisboa: Editorial Avante!.
- Marx, K. & Engels, F. (1998). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez,
- Mészáros, I. (2005). *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Molina, M. C. & Jesus, S. M. S. A de (2004). *Coleção Por Uma Educação do Campo*. (5), Brasília (DF).
- Perrenoud, P. (1995) *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto: Porto Editora.
- Pinto, G. A. (1998). *O trabalho das crianças: De pequenino é que se torce o pepino e o destino*. Oeiras: Celta.
- Pinto, G. A. (2003). *O trabalho e a escola no quotidiano das crianças dos meios rurais*. Ministério do Trabalho e da Segurança Social .
- Ponce, A. (1979). *Educação e luta de classe*. Lisboa: Vega.
- Sarmiento, M. (2005 Maio). Gerações e alteridade: Interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação e Sociedade*, 26 (91) , pp. 361, 378. Recuperado em 10 abril de 2014 de <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Sarmiento, M. Bandeira, A. & Dores, R. (2000). *Trabalho domiciliário infantil: um estudo de caso no vale do Ave*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade/PEETI
- Saviani, D. (2007 Janeiro). Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação* 12 (34),. Recuperado em 23 de maio de 2014 de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>.

Silva, G. P. da. (2006). *Trabalho e Educação: em busca de uma síntese*. Trabalho & Educação. vol.15, nº 2. jul / dez.

Vendrani, C. R. & Machado, I. F. (2011). *Escola e o movimento social: experiência em curso no campo brasileiro*. São Paulo, Editora: Expressão popular.